

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90028/2025

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, por meio da Gerência de Licitações e Contratos, torna pública a realização de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **MENOR PREÇO**, em conformidade com o que dispõem a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023 e outras legislações pertinentes à matéria, as regras e condições estabelecidas neste Edital e anexos que o integram.

1. DAS INFORMAÇÕES PARA O PROCEDIMENTO

CONTRATANTE:	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, DE CAXIAS DO SUL – RS
UASG:	928576
OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA, DE FORMA CONTÍNUA, MEDIANTE A DISPONIBILIZAÇÃO DE VIGILANTES, ARMAMENTOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS NECESSÁRIOS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE DE CAXIAS DO SUL – RS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I.
CONDIÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	AMPLA CONCORRÊNCIA
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO POR ITEM
LANCES A SEREM OFERTADOS	VALOR UNITÁRIO DO ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART. 28, INCISO I, DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021
INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES	0,5% (CINCO DÉCIMOS POR CENTO)
PROCESSO ADMINISTRATIVO	2025000341

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	03.02 – SAD – 17.122.017.2.334 – 3.3.90.37.03.00.00.00 – VÍNCULO 1501
CONTATO PARA INFORMAÇÕES	GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: (54) 3220-8600, <u>EM DIAS ÚTEIS, DAS 13H ÀS 17H</u> PORTAL: WWW.SAMAECAIXIAS.COM.BR , NO LINK LICITAÇÕES E-MAIL LICITACAO@SAMAECAIXIAS.COM.BR
LOCAL	HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS
CONDUÇÃO DO PROCESSO	PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, DESIGNADOS PELA PORTARIA N.º 24.543, DE 10/07/2023.
PRAZO PARA IMPUGNAÇÕES/ESCLARECIMENTOS	3 (TRÊS) ÚTEIS ANTES DA ABERTURA DO CERTAME

1.1. O objeto desta contratação está classificado como serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por Edital e especificações usuais de mercado.

1.2. A contratação será realizada em único item.

1.3. Havendo divergência entre o código **CATSER**, conforme tabela constante do formulário padrão para preenchimento da proposta – Anexo II deste Edital, **prevalecerá**, sempre, a descrição do item constante deste Edital e anexos que o integram.

1.4. O local, a forma, as condições e o prazo de execução estão indicados no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.5. O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, com dedicação de mão de obra exclusiva, tendo em vista que os serviços visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua para garantir a segurança das instalações do SAMAE e assegurar a integridade física dos servidores e dos que transitam nas instalações do órgão, considerando que sua interrupção pode comprometer a prestação dos serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados:

- I. cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação;
- II. que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal;
- III. que atendam a todas as condições deste Edital e seus Anexos.

2.1.1. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas – MEs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e equiparadas, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, para os itens da cota universal (ampla concorrência).

2.1.1.1. A não exclusividade da licitação para participação de ME, EPPs e equiparadas se justifica pelo valor anual da contratação que ultrapassa o limite da exclusividade para estas empresas. Da mesma forma, não é possível o desmembramento dos itens, pois há a necessidade de se preservar a integridade qualitativa e a padronização do objeto, não sendo possível a reserva de cotas.

2.2. A participação neste certame dar-se-á no Sistema de Pregão Eletrônico, integrante do sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras, com a solicitação de *login* e senha de acesso pelo interessado.

2.2.1. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico www.gov.br/compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2.2. O acesso ao sistema para participação no certame poderá ser efetuado pela *web* ou pelo respectivo aplicativo do Governo Federal.

2.2.3. As licitantes deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Pregão Eletrônico – Fornecedor, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2.4. A participação neste certame implica na responsabilidade do interessado e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao procedimento.

2.2.5. A licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, diretamente ou por seu representante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2.6. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação da licitante.

2.3. Não poderão participar deste certame:

- I. licitantes proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- II. licitantes que não atendam às condições deste Edital e seus Anexos;
- III. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- IV. licitantes que estejam sob falência;

- V. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- VI. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, atuando nessa condição, conforme Acórdão n.º 746/2014-TCU-Plenário;
- VII. licitantes que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021:
 - a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta; aplica-se o disposto também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
 - b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou por contratação de adolescentes, nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- VIII. agente público do órgão contratante, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; tal vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- IX. pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional.

2.3.1. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às alíneas “a” e “b” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.3.2. O disposto nas alíneas “a” e “b” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- I. cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, quando couber;
- II. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- III. cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- IV. inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- V. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- VI. a proposta foi elaborada de forma independente;
- VII. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- VIII. cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991, e
- IX. assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras.

3.3.1. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.3.2. No campo de atendimento ao tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para participação de microempresas,

empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na referida Lei.

3.3.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.4. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta das licitantes convocadas para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- II. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.7.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- I. valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- II. percentual de desconto inferior a lance já registrado pela licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.7.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma aqui estipulada possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.8. Caberá à licitante, interessada em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.8.1. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos lá exigidos e em conformidade com os Anexos I e II deste Edital.

4.1.1. O valor ou desconto deverá ser preenchido de acordo com as informações indicadas no formulário padrão para preenchimento da proposta, Anexo II deste Edital, expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais, à vista, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante vencedora a sua execução.

4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta será de **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e horário indicados no sistema de compras do Governo Federal – ComprasNet.

5.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.9. Será adotado, para o envio de lances no pregão eletrônico, o modo de disputa **aberto**, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema, quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a fase competitiva encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo

lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14. Após o reinício previsto no item supra, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem naquele

intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.

5.22.1. Havendo eventual empate, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, nesta ordem:

- I. disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II. avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, em que deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III. desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV. desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, às empresas:

- I. estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul;
- II. brasileiras;
- III. que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV. que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta da primeira colocada permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, seguindo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.23.4. O Pregoeiro solicitará à licitante melhor classificada que, no prazo de, 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.23.4.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo inicial.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, legislação correlata e no subitem 2.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

- I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- II. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantidos pela Controladoria-Geral da União;
- III. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- IV. Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- V. Cadastro de Licitantes Penalizadas junto ao Município de Caxias do Sul – RS.

6.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos incisos “II”, “III” e “IV” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

6.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal n.º 8.429, de 02 de junho de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.1.3. Caso conste, na Consulta de Situação do Fornecedor, a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente responsável diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas registradas no SICAF.

6.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.1.5. A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.1.6. Constatada a existência de sanção, a licitante será reputada inabilitada, por falta de condições de participação.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, inclusive em relação ao tratamento favorecido em relação às Microempresas – MEs, Empresas de Pequeno Porte – EPPs e equiparadas, em que o Pregoeiro verificará se estão atendidas as exigências deste Edital e demais legislação atinente à matéria, será iniciado o procedimento de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, observado o disposto nos arts. 29 a 32 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I. conter vícios insanáveis;
- II. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus anexos;
- III. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a vencedora comprove a exequibilidade da proposta.

6.4.1. Para bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 34 do Decreto Municipal n.º 22.387, de 16 de janeiro de 2023.

6.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação.

6.5.1. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- I. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, e

- II. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.5.2. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.5.2.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.5.3. Considera-se erro, no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, a licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.6.1. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, a licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.6.2. As licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.6.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, às planilhas de formação de preços e a outros itens relevantes, poderá ser colhida a manifestação escrita da área requisitante.

6.8. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

6.8.1. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pela licitante, antes de findo o prazo.

6.9. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de

diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.

6.10.1. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta à licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o objetivo de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.10.2. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

6.10.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, observado o disposto neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante para executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.1.1. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.2. É de responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.1.2.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar a inabilitação da licitante.

7.1.2.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.1.2.3. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades

emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.1.2.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, **no mínimo, duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação efetuada pelo Pregoeiro, somente em relação à licitante vencedora.

7.1.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.1.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.2. Será verificado se a licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e a declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme art. 63, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.3. Será verificado se a licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.4. A licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e
- II. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.6. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.7. Na hipótese de a licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no

subitem 7.1.2.4.

7.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação da licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.9. A licitante enquadrada nas condições da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e que possuir restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do momento em que for declarada vencedora.

7.9.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

7.9.2. O benefício não eximirá a licitante de apresentar todos os documentos exigidos para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possua alguma restrição.

7.9.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação.

7.9.4. A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sendo facultada a convocação das licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra beneficiária da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações com alguma restrição na documentação fiscal e/ou trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

7.10. Será inabilitada a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.11. A licitante provisoriamente vencedora em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigada a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165

da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante:

- I. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e
- II. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- I. nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- II. quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato e/ou não retirar o instrumento equivalente, ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da

etapa de lances.

9.2. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1. A convocação dar-se-á por meio do *chat*, via sistema eletrônico, ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação e esgotados os prazos recursais, o processo será encaminhado à autoridade superior para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. Após a adjudicação e a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado o Termo de Contrato correspondente.

11.2. Em garantia ao cumprimento do contrato, e antes da sua assinatura, a adjudicatária deverá caucionar, junto à Seção de Tesouraria do SAMAEC, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, podendo ser caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (arts. 96 a 102, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021), que deverá estar em vigor durante todo o período contratual.

11.2.1. Caso a opção seja pela modalidade de caução em dinheiro, deverá ser depositada em conta corrente em favor do SAMAEC, a ser indicada pela Superintendência de Orçamento, Finanças e Licitações.

11.2.2. Caso a opção seja por títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, esses deverão ser apresentados no seu original, cópia autenticada ou documento expedido pela internet, com verificação de sua autenticidade.

11.2.3. Quando a modalidade escolhida for a de seguro-garantia, a Contratada terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

11.2.4. A garantia responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais,

quando for o caso.

11.2.5. A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

11.2.5.1. No caso de alteração ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.2.6. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

11.2.7. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à Autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo SAMAEC à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;
- V. verbas rescisórias inadimplidas, no caso das contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- VI. danos causados a terceiros e/ou condenações decorrentes de responsabilidade civil da Contratada, bem como cobertura de prazo suplementar para obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes ao período do contrato;
- VII. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

11.2.7.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

11.2.8. A garantia prestada em dinheiro será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMAEC, após a execução do contrato, com anuência expressa dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, indicando a inexistência de óbice à liberação, se não utilizada nas formas do art. 100 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e sofrerá atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

11.2.8.1. Reverterá a garantia a favor do SAMAEC, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

11.3. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, conforme minuta constante do Anexo III, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento e seus anexos.

11.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal, com código de rastreio, ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

11.3.2. O prazo previsto para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.

11.4. A assinatura do contrato implica no reconhecimento que:

- I. a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital e seus anexos;
- II. a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

11.5. As condições de execução e os critérios de aceitação estão descritos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

11.6. As condições para liquidação da despesa e prazo de pagamento estão descritas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

12.1. As infrações administrativas e as respectivas sanções estão definidas na Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato, Anexo III deste Edital.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sendo de responsabilidade da licitante o seu acompanhamento.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@samaecaxias.com.br.

13.4. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de

mandato com poderes para impugnar o Edital).

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, quando a alteração comprometer a formulação das propostas, conforme § 5º do art. 55 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O procedimento será divulgado no ComprasNet e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

14.1.1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e em www.samaecaxias.com.br.

14.2. Os documentos referentes a esta contratação, que não tenham sido assinados por responsável legal da licitante, identificado no SICAF ou no Ato Constitutivo, deverão vir acompanhados de Procuração ou Credenciamento que conceda poderes ao signatário.

14.2.1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos a serem apresentados, a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade proposta.

14.2.2. As interessadas são responsáveis pela fidedignidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.

14.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelas licitantes, cujo prazo não conste deste Edital, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

14.4. Caberá à licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília – DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no SAMAE.

14.8. No julgamento das propostas e na habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

14.9. É facultada ao agente da Administração ou à autoridade superior, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, documentos de habilitação ou outros, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.9.2. A inobservância do prazo fixado pelo agente da Administração para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou, ainda, o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta e/ou inabilitação da interessada.

14.10. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.11. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

14.11.1. O SAMAE poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à interessada direito à indenização.

14.12. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

14.13. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital e

seus anexos.

14.14. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas, alheias às discriminadas por este Edital e seus anexos.

14.15. A adjudicação e a homologação desta contratação são de competência do Diretor-Presidente do SAMAE.

14.15.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.16. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, de Caxias do Sul – RS, poderá revogar este certame por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório, conforme art. 75 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

14.17. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.18. O não cumprimento de qualquer item deste Edital e de seus anexos, quando não sanáveis, implicará a inabilitação da licitante e/ou desclassificação da proposta.

14.19. A apresentação da proposta implica aceitação deste Edital, bem como das normas legais que regem a matéria e para a empresa declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital, seus anexos e das normas legais pertinentes.

14.20. As comunicações dos atos decorrentes deste certame ocorrerão no sistema ComprasNet, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP e no site oficial do SAMAE; ainda, no que couber, no Diário Oficial Eletrônico – Órgão Oficial do Município de Caxias do Sul, em jornal diário de grande circulação e no sistema LicitaCon, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – RS.

14.21. A ata da sessão será divulgada no sistema eletrônico.

14.22. As solicitações relativas às prorrogações de prazos, tanto para entrega ou para execução, bem como de substituição de marcas e ou modelos, relativamente à contratação, conforme previsão, se houver, constante do Termo de Referência – Anexo I, devem ser encaminhadas, por petição protocolizada, dentro dos prazos previstos, no horário das 9h às 16h, em dias úteis, na loja de atendimento do SAMAE ou através do serviço de atendimento via WhatsApp, observando-se que:

- I. quando utilizado o serviço de protocolo na loja de atendimento do SAMAE, os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada;
- II. a loja de atendimento do SAMAE situa-se na Rua Pinheiro Machado, n.º 1631, Bairro

Centro – Caxias do Sul/RS;

- III. quando utilizado o serviço de atendimento via WhatsApp, através do n.º (54) 3220-8600, vinculado à opção 5 – Atendimento Comercial, os documentos anexados deverão apresentar autenticação digital ou assinatura digital, com possibilidade de conferência da autenticidade e da veracidade dos documentos, sob pena de não admissibilidade, e
- IV. o SAMA E não se responsabiliza por quaisquer falhas técnicas que possam ocorrer no envio dos pedidos realizados de forma eletrônica (e-mail, WhatsApp, etc.).


14.23. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Modelo de Formulário de Preenchimento da Proposta;
- Anexo III – Minuta de Termo de Contrato, e
- Anexo IV – Planilha Excel formato “.x/sx”.

Caxias do Sul, 12 de março de 2025.

Lunalva Cechinato,
Agente Administrativo.

Lourenço Benetti Bonfá,
Superintendente de
Orçamento, Finanças e
Licitações.



João Uez,
Diretor-Presidente do SAMA E.

TERMO DE REFERÊNCIA – SERVIÇOS COMUNS

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial Armada, executados de forma contínua; mediante a disponibilização de vigilantes, armamentos, materiais, equipamentos e utensílios necessários, destinados ao atendimento das necessidades da Autarquia, nos termos da tabela abaixo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

Item	Código SAMA E	CATSER	Descrição	Qtde.	Und.
01	8821	24015	Vigilância Patrimonial Armada	01	Verba

1.2. Número do processo administrativo no PROA/SISTEMA SAMA E: 2025000341

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do instrumento contratual ou documento equivalente, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.4.1. Os serviços são enquadrados como continuados, com dedicação de mão de obra exclusiva, tendo em vista que os serviços visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua para garantir a segurança das instalações do SAMA E e assegurar a integridade física dos servidores e dos que transitam nas instalações do órgão, considerando que sua interrupção pode comprometer a prestação dos serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

1.5. A minuta de contrato, quando aplicável, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A não exclusividade da licitação para participação de ME, EPPs e equiparadas se justifica pelo valor anual da contratação que ultrapassa o limite da exclusividade para estas empresas. Da mesma forma, não é possível o desmembramento dos itens, pois há a necessidade de se preservar a integridade qualitativa e a padronização do objeto, não sendo possível a reserva de cotas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a segurança das instalações do SAMAE e assegurar a integridade física dos servidores e dos que transitam nas instalações do órgão, não permitindo a depredação, violação, invasão, vandalismo, sabotagem, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria Instituição, evitando prejuízos ao erário.

Trata-se de serviços prestados de forma contínua pela sua essencialidade, pois visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação do serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 88659313000105-0-000001/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 09 de agosto de 2024
- III. Id do item no PCA: 67
- IV. Classe/Grupo: 852/Serviços de Investigação e Segurança

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução escolhida como um todo abrange a contratação de empresa para prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial Armada, executados de forma contínua; mediante a disponibilização de vigilantes, armamentos, materiais, equipamentos e utensílios necessários, destinados ao atendimento das necessidades da Autarquia. A realização da licitação para contratação desse serviço proporciona o cumprimento desta meta, visto a possibilidade de contratação de serviço de qualidade e condizente com as expectativas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Subcontratação

4.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Participação de Consórcios

4.2.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela licitante vencedora.

4.2.2. A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando as circunstâncias do mercado e/ou complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando

parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Desta forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliaria o universo de licitantes, pois possibilitaria a junção de duas ou mais empresas para a realização de determinado objeto. Com relação à presente contratação, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que as contratações de bens e serviços comuns, tendo em vista a proporção da demanda da Autarquia, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuem em todo o território nacional, possuindo condições suficientes para a execução de objetos desta natureza, o que não tornará o certame restrito a um pequeno número de interessadas. Assim, considerando a realidade do mercado para este objeto, não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

4.3. Garantia da contratação

4.3.1. A minuta de contrato, quando aplicável, detalhará as regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.4. Sustentabilidade

Não há impacto ambiental na execução do serviço.

4.5. Vistoria

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas. A Vistoria deverá ser agendada pelos e-mails escalginsky@samaecaxias.com.br e/ou npiccoli@samaecaxias.com.br, ou telefone (54) 3220-8600, ramais 554 e/ou 557.

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.6. Para a assinatura do Contrato, a licitante vencedora deverá:

- I. apresentar declaração de que até o dia de início da execução dos serviços entregará à Fiscalização do Contrato:
 - a) a comprovação do vínculo dos profissionais alocados para a execução do objeto, através do ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional

- for sócio da empresa, da carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional e/ou contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo profissional e pelo responsável legal da licitante;
- b) a comprovação de propriedade ou contrato de locação de um veículo, que ficará à disposição do Supervisor/Preposto da proponente vencedora;
 - c) relação pormenorizada dos uniformes, equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, bem como dos equipamentos a serem utilizados (armas, coletes, cintos, coldre e demais equipamentos indispensáveis à realização dos trabalhos), para cada posto de execução dos serviços;
 - d) registros de todas as armas disponíveis, em quantidade, mínima, necessária ao cumprimento integral do objeto;
 - e) relação de seus empregados, acompanhada dos documentos que indicam sua idoneidade (Alvará de Folha Corrida), documento de identidade e formação técnica (Carteira Nacional de Vigilante);
 - f) relação das linhas habilitadas de telefone móveis, utilizados na execução dos serviços.
- II. designar, formalmente, de acordo com disposições do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, em instrumento que deverá conter expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, seu preposto.

4.7. Nos preços cotados deverão estar incluídos a remuneração dos funcionários, obedecido o piso salarial da categoria, os encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive relativas a acidentes de trabalho), fiscais, tributárias e comerciais ou de qualquer outra natureza, assim como despesas com vale-transporte, alimentação, assistência médica e social, segurança e medicina do trabalho, veículos e suas manutenções, combustíveis, seguros pertinentes a execução dos serviços (veículos, equipamentos), despesas com transporte de materiais, equipamentos e funcionários, quando for o caso, despesas telefônicas, materiais, equipamentos, utensílios, uniformes, crachás e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços a serem executados.

4.8. Na composição dos preços para os funcionários, pela licitante, não poderá conter valor menor que o salário normativo vigente para a categoria, de acordo com o sindicato correspondente à categoria dos profissionais, da base regional, onde os serviços serão prestados.

4.9. O custo do Supervisor/Preposto deverá ser incluído pela Contratada nos custos administrativos do contrato.

4.10. A apresentação dos Adendos I, II, III, IV e V do Termo de Referência (Planilhas de Custos e Formação de Preços), será obrigatória para a detentora da melhor oferta.

4.11. A proposta deverá conter o PREÇO GLOBAL MENSAL E O ANUAL OFERTADOS, expresso em reais, com até 2 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até os efetivos pagamentos mensais.

4.12. Na proposta de preços, deve a licitante observar a convenção vigente (homologada), no momento da publicação do edital, do sindicato ao qual a licitante esteja vinculada, conforme legislação trabalhista em vigor.

4.13. A licitante deverá observar o valor do transporte público previsto no decreto do Município de Caxias do Sul, vigente no momento da publicação do edital.

4.14. Para fins de cálculo de vale transporte e vale refeição serão considerados, **no mínimo**, 21 (vinte e um) dias, salvo disposição em contrário, definida na Convenção Coletiva de Trabalho – CCT a que a licitante esteja submetida.

4.15. A licitante deverá registrar na Planilha de Custos os tributos de forma discriminada, identificando o regime tributário a que está submetida.

4.16. A Planilha de Custos deverá ser instruída com as **fórmulas** e as **notas explicativas** que permitam o perfeito entendimento de **cada um** dos valores que a compõe ou então deverá ser acompanhada de tabela com a **memória de cálculo**.

4.17. Os modelos de planilhas (Adendos) são **exemplificativos e não exaustivos**, podendo a proponente vencedora elaborar sua própria planilha, desde que nela constem todos os custos considerados na composição dos preços, de acordo com o objeto do certame, com a legislação vigente e com o acordo, convenção ou dissídio do sindicato adequado. Sugere-se a elaboração das planilhas em Excel.

4.18. A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo concedido pelo pregoeiro, os seguintes documentos:

- a) Convenção coletiva de trabalho do sindicato apontado;
- b) Planilha de Custos e Formação de Preços Posto 12h Diurno (Adendo I);
- c) Planilha de Custos e Formação de Preços Posto 12h noturno (Adendo II);
- d) Planilha de Quantidades e Orçamentos de Uniformes, Materiais, Equipamentos e Utensílios (Adendo III);
- e) Memória de Cálculo de cada item constante na planilha citada nos Adendos I e II (Adendo IV);
- f) Planilha Resumo (Adendo V);
- g) Comprovação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP por meio de impressão de consulta ao sítio eletrônico do Ministério da Previdência Social.

4.19. A repactuação de preços será utilizada, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano da data do Acordo, Convenção ou dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente, quando a variação dos custos for decorrente de mão de obra e estiver vinculada a data base desses instrumentos.

4.20. O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação terá início a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, em que se baseou a proposta.

4.21. As repactuações envolvendo mão de obra (folha de salários) serão precedidas, obrigatoriamente, de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio, coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a avaliação de custos objeto da repactuação.

4.22. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

4.23. O valor em relação aos custos não decorrentes da mão de obra será reajustado anualmente, a contar da data da proposta, na proporção da variação do **IPCA** (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

4.24. A fim de efetivar o reajuste, a Contratada deverá apresentar o memorial de cálculo e a planilha de custos e formação de preços, conforme a variação de custos objeto do reajuste.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- I. Início da execução do objeto: na data da publicação do instrumento contratual.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços de Serviços de Vigilância Patrimonial Armada, serão executados nas unidades do SAMAE, conforme quadro abaixo, que compreende a quantidade de postos de trabalho, locais, períodos semanais e horários:

POSTO	LOCAL	ENDEREÇO	FUNCIONÁRIOS POR POSTO	HORÁRIO	PERÍODO SEMANAL
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	R. Nestor Moreira, 719, B. N.S. Lourdes	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno		02	19h às 07h	
3	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 - Diurno		02	07h às 19h	
4	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno		02	19h às 07h	
5	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica – Diurno		02	07h às 19h	
6	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica - Noturno		02	19h às 07h	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	R. Visconde de Pelotas, 456, B. Madureira	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno		02	19h às 07h	
9	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Diurno		02	07h às 19h	

10	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno		02	19h às 07h	
11	EBAB Faxinal – Diurno	Estância Boca da Serra, 2300, B. Ana Rech	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
12	EBAB Faxinal – Noturno		02	19h às 07h	
13	EBAB Maestra – Diurno	Estrada Adolfo Randazzo, 82, B. Santa Fé	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
14	EBAB Maestra – Noturno		02	19h às 07h	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	Travessão Soares, 89, Distrito de Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno		02	19h às 07h	
17	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso – Diurno		02	07h às 19h	
18	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso - Noturno		02	19h às 07h	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	R. Tenente Coronel Durval Alvarenga Souto Maior, 3181, B. Pioneiro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
20	ETA Celeste Gobatto – Noturno		02	19h às 07h	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	R. Heitor Curra, 40 - B. Madureira	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
22	ETA Borges de Medeiros – Noturno		02	19h às 07h	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	Estrada Patrício Pasquali, 601, Distrito de Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
24	ETA Morro Alegre – Noturno		02	19h às 07h	
25	ETA Samuara – Diurno	Av. Frederico Segala, 2408 - B. Forqueta	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
26	ETA Samuara – Noturno		02	19h às 07h	
27	ETE Ana Rech – Diurno	Continuação da Av. Rio Branco, s/n, B. Ana Rech	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
28	ETE Ana Rech – Noturno		02	19h às 07h	
29	ETE Belo – Diurno	Estrada Municipal da Uva, 4501, B. Desvio Rizzo	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
30	ETE Belo – Noturno		02	19h às 07h	
31	ETE Canyon – Diurno	Estrada Adolfo Randazzo, 1580, B. Canyon	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
32	ETE Canyon – Noturno		02	19h às 07h	
33	ETE Pena Branca – Diurno	Estrada Municipal Cláudio Formolo, 2310, B. São Virgílio	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
34	ETE Pena Branca – Noturno		02	19h às 07h	
35	ETE Pinhal – Diurno	R. João Orestes Faoro, 1200, B. Planalto	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
36	ETE Pinhal – Noturno		02	19h às 07h	
37	ETE Samuara – Diurno	Rua Jayme Guilherme Muratore Filho, 3633, B. São Giacomio	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
38	ETE Samuara – Noturno		02	19h às 07h	
39	ETE Tega – Guarita de Acesso - Diurno	Travessão Thompson Flores, 167, B. Matioda	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
40	ETE Tega – Guarita de Acesso – Noturno		02	19h às 07h	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno		02	07h às 19h	
42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno		02	19h às 07h	

43	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Diurno	Rodovia Rota do Sol, Km 171 – Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
44	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Noturno		02	19h às 07h	
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Diurno	Rua Ana Catharina Canali, 1112 – B. São Cristóvão	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
46	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Noturno		02	19h às 07h	
47	Seção de Almoxarifado – Diurno	R. Jacinto Madalosso, 211 - B. Pio X	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
48	Seção de Almoxarifado – Noturno		02	19h às 07h	
49	Sede Administrativa – Diurno	R. Pinheiro Machado, 1615 - B. Centro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
50	Sede Administrativa – Noturno		02	19h às 07h	
51	Loja Comercial – Diurno	R. Pinheiro Machado, 1631 – B. Centro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
52	Loja Comercial – Noturno		02	19h às 07h	
53	Garagem Loja Comercial – Diurno		02	07h às 19h	
54	Seção de Hidrometria – Diurno	R. Jacinto Madalosso, 211 - B. Pio X	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
55	Seção de Hidrometria – Noturno		02	19h às 07h	
56	Posto Volante – Diurno	Onde se fizer necessário	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
57	Posto Volante – Noturno		02	19h às 07h	

5.3. A contratada prestará os serviços obedecendo a jornada de trabalho com intervalos para alimentação, de acordo com a legislação em vigor, conforme postos de trabalho, locais, períodos semanais e horários de acordo com o quadro do item 5.2.1.

5.4. O número de vigilantes, locais/postos e/ou horários de trabalho poderão sofrer alterações conforme a necessidade do SAMA E, sendo que, a contratada será comunicada com antecedência de 05 (cinco) dias úteis das possíveis alterações. Sempre que houver alteração, o valor a ser pago pelos serviços prestados será proporcionalmente aumentado ou reduzido, de acordo com o preço constante da proposta.

5.5. Os Postos Volantes compreendem as necessidades eventuais do SAMA E, para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, onde se fizer necessário, com todas as condições, responsabilidades e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.5.1. Para fins de proposta e contrato, a proponente deverá cotar preços para os respectivos Postos Volantes, considerando a utilização referente a 60 (sessenta) dias, num período de 12 (doze) meses.

5.5.2. O SAMA E comunicará, formalmente, à Contratada, sobre a necessidade de utilização dos Postos Volantes, podendo, os mesmos, não serem utilizados durante a execução do Contrato. A contraprestação financeira ocorrerá, somente, se utilizados os serviços correspondentes, pelo número de dias em que forem utilizados.

5.6. Da Substituição de Pessoal

5.6.1. A Contratante, a qualquer momento, poderá solicitar rodízio dos Vigilantes, nos postos de serviço, quando achar necessário e quando verificado o descumprimento das atividades, objeto deste termo, bem como, poderá solicitar a substituição dos vigilantes.

5.6.2. A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento da notificação, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato, e independente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer funcionário, cuja atuação, permanência e/ou comportamento, sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

5.6.3. A Contratada deverá solicitar autorização à Contratante, quando houver alteração do quadro funcional, designado para a execução dos serviços, apresentando as devidas documentações do novo quadro.

5.6.4. A Contratada deverá providenciar substituições dos profissionais, em intervalos para refeições e em casos de faltas, férias, licenças e outros afastamentos.

5.6.5. A Contratada deverá providenciar a reposição, imediata, do funcionário que não comparecer ao posto de trabalho.

5.7. Dos Uniformes, Equipamentos e Materiais

5.7.1. A Contratada deverá fornecer, a todos os vigilantes, os uniformes personalizados, aprovados pelo Ministério de Justiça, crachás de identificação, equipamentos de proteção individual – EPI's e/ou coletiva – EPC's, armas, munição, sistema de comunicação por telefonia móvel, no mínimo para o Supervisor/Preposto de todos os postos de serviços de vigilância, e demais acessórios que se fizerem necessários ao exercício do serviço contratado.

5.7.1.1. O crachá deverá conter a identificação da contratada, o nome do funcionário, sua foto recente, grupo sanguíneo e o fator Rh.

5.7.2. A Contratada deverá propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes:

5.7.2.1. Uniformes, equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, adequados às tarefas que executam e às condições climáticas.

5.7.2.2. Equipamentos e materiais tais como: telefonia móvel quando for o caso, lanternas recarregáveis, livros de capa dura numerados tipograficamente, para registro de ocorrências, bastão de ronda, entre outros.

5.7.3. A Contratada deverá fornecer a cada vigilante, no início do contrato, no mínimo, os seguintes uniformes por ano e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a seguir descrito:

- a) Calça, 02 (duas) unidades;

- b) Camisa de manga comprida, 02 (duas) unidades;
- c) Camisa de manga curta, 02 (duas) unidades;
- d) Cinto de nylon, 01 (uma) unidade;
- e) Sapatos ou coturnos, 02 (dois) pares;
- f) Boné ou quepe com emblema da empresa, 01 (uma) unidade;
- g) Jaqueta de frio ou japona, 01 (uma) unidade;
- h) Suéter ou pulôver, 01 (uma) unidade;
- i) Botas de chuva, 01 (um) par;
- j) Capa do colete balístico, 02 (duas) unidades;
- k) Crachá, 01 (uma) unidade.

5.7.4. A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e utensílios necessários, nas quantidades estimadas mínimas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- a) Revólver calibre 38, no total de 29 (vinte e nove) armas;
- b) Munição calibre 38, sendo um blister com 10 unidades para cada arma utilizada;
- c) Cinto com coldre, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- d) Lanterna tática recarregável, no total de 28 (vinte e oito) unidades, sendo uma para cada posto noturno, com no mínimo duas baterias para cada lanterna;
- e) Colete balístico, no total de 57 (cinquenta e sete) unidades, sendo um para cada posto diurno e um para cada posto noturno;
- f) Rádio HT, com no mínimo duas baterias para cada rádio, no total de 07 (sete) rádios, sendo 03 (três) para os postos de trabalho localizados no Complexo Parque da Imprensa, 02 (dois) para os postos de trabalho localizados no Complexo Visconde de Pelotas e 02 (dois) para os postos de trabalho localizados na ETE Tega;
- g) Livro de ocorrências, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- h) Capa de chuva, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- i) Bastão de ronda, no total de 18 (dezoito) unidades, sendo 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Complexo Parque da Imprensa, 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Complexo Visconde de Pelotas, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Faxinal, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Maestra, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Marrecas, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Celeste Gobatto, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Borges de Medeiros, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Morro Alegre, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Samuara, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Ana Rech, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Belo, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Canyon, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Pena Branca, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Pinhal, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Samuara, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Tega, 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Centro de Reserva Jardim das Hortências e 01 (um) para os postos de trabalho localizados na Sede Administrativa.

5.7.4.1. São 29 (vinte e nove) unidades de revólver, blister de munição, cinto com coldre, livro

de ocorrência e capa de chuva; 28 (vinte e oito) unidades de lanterna; 07 (sete) unidades de rádio e 18 (dezoito) unidades de bastão de ronda, pois os postos 12x36 diurno e noturno, localizados em cada prédio, passam esses equipamentos de um para o outro.

5.7.4.2. A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços para os empregados.

5.7.4.3. Os equipamentos acima descritos deverão ser fornecidos ao vigilante no momento da implantação dos postos.

5.8. Da Forma de Execução dos Serviços

5.8.1. A prestação dos serviços de vigilância patrimonial, nos postos fixados pela Contratante, envolve a alocação, pela Contratada, de profissionais devidamente habilitados e qualificados, apresentando as respectivas Carteiras Nacional de Vigilantes, nos termos da Portaria nº 891, de 12 de agosto de 1999 e alterações, do Departamento de Polícia Federal e demais normas vigentes, a fim de exercerem, com eficiência, as atribuições atinentes a suas funções.

5.8.2. Condições para execução dos serviços:

5.8.2.1. Assumir o posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada, e manter a postura profissional compatível com a função.

5.8.2.1.1. Apresentar seus funcionários para executar os serviços devidamente uniformizados, exigindo-se que exista homogeneidade dos fardamentos (mesmo tipo e cor), devendo-se apresentar, invariavelmente, limpos e identificados através de crachás com fotografias recentes.

5.8.2.2. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração das instalações e outros de interesse, objetivando um melhor desempenho das suas atividades.

5.8.2.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como aquelas que entenderem oportunas.

5.8.2.4. Permitir o ingresso nas instalações da Contratada somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.

5.8.2.5. Fiscalizar a entrada e a saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de servidores autorizados a estacionarem seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados.

5.8.2.6. Colaborar com as Polícias Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação

de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.

5.8.2.7. Controlar a entrada e saída de veículos, servidores e visitantes, após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em controle.

5.8.2.8. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes sejam devidos e previamente autorizados pela Contratante.

5.8.2.9. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato à Contratante.

5.8.2.10. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de servidores ou de terceiros.

5.8.2.10.1. A Contratada se responsabilizará por furtos de quaisquer objetos, pertencentes aos seus vigilantes e seus funcionários, nos locais de guarnição.

5.8.2.11. É proibido, na área de atuação do Vigilante, se entreter com celulares, notebooks, tablets e outros objetos que lhe tire a concentração necessária para o patrulhamento.

5.8.2.12. Não se ausentar do posto.

5.8.2.13. Executar a(s) ronda(s) diária nos postos designados, conforme a orientação recebida da Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações.

5.8.2.14. Colaborar, nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança.

5.8.2.15. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações, recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.

5.8.2.16. Desligar a energia elétrica e alarmes, quando necessário e solicitado pela Fiscalização do Contrato.

5.8.2.17. Consoante os procedimentos cabíveis dos serviços de vigilância, na ocorrência de irregularidades, os profissionais deverão registrar, em documento próprio, os assuntos pertinentes e comunicar, imediatamente, aos seus superiores e a Fiscalização do Contrato.

5.8.2.18. Na iminência de situações de caráter grave, os vigilantes da Contratada, deverão informar, imediatamente, à autoridade policial e por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à Fiscalização do Contrato.

5.8.2.19. Os postos devem ser assistidos, ininterruptamente, por Supervisor/Preposto e com

no mínimo, um veículo de apoio para administração, fiscalização, orientação e emergências por parte da Contratada, com custos incluídos nos preços ofertados; a supervisão dos serviços prestados deverá ser constante e diária.

5.8.2.20. Ao Supervisor/Preposto, ao qual todos os Vigilantes serão subordinados, competirá as seguintes atribuições:

- a) supervisionar a perfeita execução dos serviços contratados;
- b) garantir a presença de Vigilantes em todos os postos de serviço contratados;
- c) garantir que todos os Vigilantes estejam cumprindo todas as determinações contratuais;
- d) informar, imediatamente, à Contratante sobre quaisquer incidentes;
- e) elaborar e encaminhar os relatórios solicitados, sobre a sua efetividade e dos Vigilantes e, sobre os serviços prestados em todos os postos, incluindo ocorrências e demais incidentes registrados;
- f) providenciar a substituição de vigilantes, sempre que necessário;
- g) elaborar a escala de serviço;
- h) manter fiscalização volante, para supervisionar e prestar acompanhamento aos postos de serviços, através de veículo.

5.9. Especificações dos Serviços

5.9.1. Constituem especificações dos serviços de vigilância armada:

- Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas;
- Realizar rondas nas áreas sob vigilância;
- Encaminhar à recepção pessoas estranhas aos quadros do SAMAE;
- Prestar auxílio ao pessoal da recepção;
- Impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas;
- Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas;
- Manter rigoroso controle sobre os veículos particulares que estiverem nos estacionamentos da Autarquia, quando houver, durante o período de expediente;
- Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos da Autarquia, quando houver;
- Verificar quaisquer anormalidades com veículos, comunicando-as aos seus respectivos proprietários;
- Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé;
- Informar, imediatamente, a Fiscalização do Contrato sobre quaisquer anormalidades;
- Atender com prontidão quaisquer determinações da Fiscalização do Contrato;
- Manter a guarda do posto;
- Abrir e fechar as portas dos prédios da Autarquia, no início e final do expediente;
- Realizar outras atividades inerentes à função e ao objeto do contrato.

5.9.2. Constituem regras gerais a serem observadas pelos profissionais alocados nos postos de trabalho objetos deste documento:

- Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela pelo Supervisor/Preposto;
- Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado e com unhas aparadas;
- Manter cabelos cortados e/ou presos;
- Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do SAMAE;
- Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;

- Cumprir as normas internas do órgão;
- Zelar pela preservação do patrimônio do SAMA E sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do SAMA E para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao Supervisor/Preposto, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências da CONTRATANTE, providenciando para que sejam encaminhados à Fiscalização do Contrato ou ao Supervisor/Preposto;
- Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do SAMA E;
- Tratar a todos com urbanidade;
- Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de Fiscalização do Contrato;
- Não participar, no âmbito da CONTRATANTE, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

5.9.3. As atividades, nos postos de Vigilância Patrimonial Armada, deverão contemplar o atendimento às necessidades de segurança da Contratante e, também, as particularidades de cada posto, elencados, a seguir:

POSTO	LOCAL	PARTICULARIDADES
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 – Diurno	Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMA E, bem como a identificação dos respectivos motoristas. No final do expediente, verificar se as portas e janelas estão devidamente fechadas (Seção de Manutenção Eletromecânica, Refeitório e Querência). Controlar o acesso de pessoas e veículos nas dependências, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizados. Prestar as informações solicitadas. Zelar pela ordem e asseio no local. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências. Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 – Noturno	
3	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 – Diurno	
4	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 – Noturno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo os que não estão previamente autorizados, bem como o acesso de pessoas. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMA E, bem como a identificação dos respectivos motoristas. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.
5	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica – Diurno	
6	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica – Noturno	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 – Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo os que não estão previamente autorizados, bem como o acesso de pessoas. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMA E, bem como a identificação dos respectivos motoristas. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 – Noturno	
9	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 – Diurno	

10	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno	Prestar informações solicitadas. Zelar pela ordem e asseio no local. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.
11	EBAB Faxinal – Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo os que não estão previamente autorizados, bem como o acesso de pessoas. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMA E, bem como a identificação dos respectivos motoristas. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Prestar informações solicitadas. Zelar pela ordem e asseio no local. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.
12	EBAB Faxinal – Noturno	
13	EBAB Maestra - Diurno	
14	EBAB Maestra – Noturno	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem - Noturno	
17	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso – Diurno	
18	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso - Noturno	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	
20	ETA Celeste Gobatto - Noturno	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	
22	ETA Borges de Medeiros - Noturno	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	
24	ETA Morro Alegre – Noturno	
25	ETA Samuara – Diurno	
26	ETA Samuara – Noturno	
27	ETE Ana Rech – Diurno	
28	ETE Ana Rech - Noturno	
29	ETE Belo – Diurno	
30	ETE Belo – Noturno	
31	ETE Canyon – Diurno	
32	ETE Canyon – Noturno	
33	ETE Pena Branca – Diurno	
34	ETE Pena Branca – Noturno	
35	ETE Pinhal – Diurno	
36	ETE Pinhal – Noturno	
37	ETE Samuara – Diurno	
38	ETE Samuara - Noturno	
39	ETE Tega – Guarita de Acesso – Diurno	
40	ETE Tega – Guarita de Acesso – Noturno	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	
42	ETE Tega – Guarita Interna - Noturno	
43	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Diurno	
44	Reserva Natural Parque dos Pinhais - Noturno	
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Diurno	
46	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Noturno	
47	Seção de Almoxarifado – Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Prestar informações solicitadas. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências. Zelar pela ordem e asseio no local. Investigar quaisquer condições anormais.
48	Seção de Almoxarifado - Noturno	Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio e do pátio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Ligar e desligar o alarme. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.

49	Sede Administrativa – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>No início do expediente, abrir portas e janelas e, no final do expediente, verificar se as mesmas estão devidamente fechadas.</p>
50	Sede Administrativa - Noturno	<p>Investigar quaisquer condições anormais.</p> <p>Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes.</p> <p>Controlar o acesso de pessoas, nas dependências do prédio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas, registrando, no sistema, nome e número de documentos das pessoas visitantes, entregando-lhes o crachá, previamente autorizadas.</p> <p>Fora do expediente, deverá manter a porta central fechada e abrindo, para pessoal devidamente autorizado, sempre que for solicitada.</p>
51	Loja Comercial – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio na área comercial.</p> <p>No início do expediente, abrir portas e janelas e, no final do expediente, verificar se as mesmas estão devidamente fechadas.</p>
52	Loja Comercial - Noturno	<p>Investigar quaisquer condições anormais.</p> <p>Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes.</p> <p>Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio, restringindo o acesso, se não estiverem, previamente, autorizadas.</p> <p>Fora do expediente, deverá manter a porta central fechada e abrindo, para pessoal devidamente autorizado, sempre que for solicitada.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p>
53	Garagem Loja Comercial - Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo o acesso de pessoas e veículos, se não estiverem previamente autorizadas.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.</p>
54	Seção de Hidrometria – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>Investigar quaisquer condições anormais.</p>
55	Seção de Hidrometria – Noturno	<p>Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio e do pátio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas.</p> <p>Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.</p> <p>Ligar e desligar o alarme.</p> <p>Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.</p>

5.10. Dos Equipamentos para Monitoramento (Ronda Eletrônica)

5.10.1 A Contratada deverá instalar equipamentos em locais específicos da área a ser vigiada a serem definidos em conjunto com a Fiscalização do Contrato, a fim de termos o controle da circulação dos vigilantes nessas áreas - Ronda eletrônica (bastão de ronda). Os relatórios das rondas eletrônicas deverão ser fornecidos por meio digital à Contratante, quinzenalmente e, independente do período, sempre que solicitado pela Fiscalização.

5.10.1.1. As Rondas Eletrônicas deverão ser realizadas, no mínimo, nos seguintes postos, conforme tabela abaixo:

POSTO	LOCAL	POSTO	LOCAL
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno
11	EBAB Faxinal – Diurno	12	EBAB Faxinal – Noturno
13	EBAB Maestra – Diurno	14	EBAB Maestra – Noturno
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	20	ETA Celeste Gobatto – Noturno
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	22	ETA Borges de Medeiros – Noturno
23	ETA Morro Alegre – Diurno	24	ETA Morro Alegre – Noturno
25	ETA Samuara – Diurno	26	ETA Samuara – Noturno
27	ETE Ana Rech – Diurno	28	ETE Ana Rech – Noturno
29	ETE Belo – Diurno	30	ETE Belo – Noturno
31	ETE Canyon – Diurno	32	ETE Canyon – Noturno
33	ETE Pena Branca – Diurno	34	ETE Pena Branca – Noturno
35	ETE Pinhal – Diurno	36	ETE Pinhal – Noturno
37	ETE Samuara – Diurno	38	ETE Samuara – Noturno
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Diurno	46	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Noturno
49	Sede Administrativa – Diurno	50	Sede Administrativa – Noturno

5.10.1.2. Conforme interesse/necessidade do SAMAE, as rondas eletrônicas poderão ser instaladas em outros postos.

5.10.1.3. As rondas eletrônicas deverão ser realizadas, independentemente das condições climáticas, conforme seguintes parâmetros, salvo determinação diversa pela Contratante:

POSTO	LOCAL	RONDAS
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	<p>Nos horários de grande fluxo de veículos (início e término de cada turno) não haverá a realização de rondas, devido à necessidade de anotações das quilometragens dos veículos.</p> <p>Esses horários são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Das 07:00hs às 08:00hs; - Das 11:00hs às 12:00hs; - Das 13:00hs às 14:00hs e; - Das 17:00hs às 18:00hs. <p>Nos demais horários, a Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.</p>
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	<p>Nos horários de grande fluxo de veículos (início e término de cada turno) não haverá a realização de rondas, devido à necessidade de anotações das quilometragens dos veículos.</p> <p>Esses horários são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Das 07:00hs às 08:00hs; - Das 11:00hs às 12:00hs; - Das 13:00hs às 14:00hs e; - Das 17:00hs às 18:00hs. <p>Nos demais horários, a Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.</p>
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
11	EBAB Faxinal – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
12	EBAB Faxinal – Noturno	
13	EBAB Maestra – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
14	EBAB Maestra – Noturno	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
20	ETA Celeste Gobatto – Noturno	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
22	ETA Borges de Medeiros – Noturno	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
24	ETA Morro Alegre – Noturno	
25	ETA Samuara – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
26	ETA Samuara – Noturno	
27	ETE Ana Rech – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
28	ETE Ana Rech – Noturno	
29	ETE Belo – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
30	ETE Belo – Noturno	
31	ETE Canyon – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
32	ETE Canyon – Noturno	
33	ETE Pena Branca – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
34	ETE Pena Branca – Noturno	

35	ETE Pinhal – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
36	ETE Pinhal – Noturno	
37	ETE Samuara – Diurno	
38	ETE Samuara – Noturno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	
42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno	
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
46	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Noturno	
49	Sede Administrativa – Diurno	
50	Sede Administrativa – Noturno	De segunda-feira a sexta-feira, durante o período diurno, não haverá ronda, pois há grande circulação de pessoas, e é necessária a permanência constante da vigilância na portaria. De segunda-feira a sexta-feira, durante o período noturno, a ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 02 horas, do intervalo das 21:00hs às 05:00hs. Nos finais de semana, no sábado pela manhã, em virtude de acesso de servidores para trabalhar no local, a ronda não será realizada no turno da manhã. A partir das 13:00hs de sábado, a ronda deverá ser realizada, no mínimo, a cada 02 horas, até às 05:00hs da segunda-feira.

5.11. Da Responsabilidade Empregatícia e Civil

5.11.1. Correrá às expensas da Contratada, os salários e remuneração dos vigilantes, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários, multas, indenizações, seguro, assistência médica e social, risco de vida e de acidentes e adicionais diversos, bem como auxílios alimentação e transporte.

5.11.2. A responsabilidade civil será da Contratada, por atos praticados pelos seus funcionários, quando da execução dos serviços contratados, isentando a Contratante de toda e qualquer responsabilidade, por danos causados pelos vigilantes a quaisquer pessoas ou bens.

5.11.3. A Contratada será responsável pela indenização por danos físicos ou pela morte, acidental, de qualquer pessoa, bem como danos materiais às propriedades públicas e privadas por ela causados.

5.12. Especificação da garantia do serviço

5.12.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, devidamente formalizados pela Contratante, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostilamento.

6.3. As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

6.4. A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, pelo substituto, e pelo gestor, nos termos do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e alterações.

6.7. Competirá à Contratante:

- I. receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório – TRP. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações da Contratante, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo – TRD;
- II. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- III. acompanhar, receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado, através de servidor(es) especialmente designado(s);
- IV. efetuar o pagamento no valor correspondente à contratação, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- V. o SAMAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- VI. é vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada;

6.8. Competirá à Contratada:

- I. cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- II. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
- III. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas),

contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência;

- IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- V. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAEC, inerentes ao objeto da presente contratação;
- VI. informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados;
- VII. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- VIII. responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da execução devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio;
- IX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- X. chamar, com antecedência prévia, a fiscalização da Contratante, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários;
- XI. refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, no prazo estabelecido, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes;
- XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- XIII. indenizar terceiros e ao SAMAEC os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação;
- XIV. informar ao SAMAEC, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados;
- XV. manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos;
- XVI. observar as normas regulamentadoras da medicina e segurança do trabalho, visando a prevenção de acidentes decorrentes da execução dos serviços;
- XVII. atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção individual – EPIs, cavaletes, cones, placas de sinalização, etc.), bem como as recomendações e exigências das normas regulamentadores de segurança na prestação de serviços, além dos procedimentos internos e normas de segurança do SAMAEC;
- XVIII. fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados nas frentes de trabalho;
- XIX. responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção de todos os veículos, equipamentos, ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à execução dos serviços;

- XX. proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual;
- XXI. fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e manutenção de tais equipamentos;
- XXII. fornecer e instalar todos os materiais e equipamentos previstos;
- XXIII. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a Contratada, relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência nesse sentido;
- XXIV. manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura aos seus funcionários;
- XXV. solucionar qualquer problema verificado com os serviços, durante o período de garantia, sem qualquer custo para o SAMA E;
- XXVI. observar a legislação trabalhista e previdenciária quanto ao pessoal empregado nos serviços de que trata este Instrumento, sem qualquer ônus para o SAMA E;
- XXVII. realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando aplicável;
- XXVIII. responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do SAMA E, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública;
- XXIX. selecionar, preparar rigorosamente e manter equipe de funcionários treinados e capacitados para o desempenho das atividades, zelando para que a equipe seja formada por pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- XXX. indenizar danos ou prejuízos eventualmente causados por seus funcionários a terceiros e às instalações, mobiliários, máquinas e todos os demais pertences do SAMA E, incluídas as hipóteses de perda ou extravio;
- XXXI. manter sigilo sobre todas as informações sob sua responsabilidade. A divulgação ou uso de informações internas do SAMA E deve, obrigatoriamente, ter autorização da autoridade competente;
- XXXII. cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;
- XXXIII. comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- XXXIV. não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na

- gestão do contrato;
- XXXV. manter preposto aceito pela Contratante, para representá-la na execução do contrato; a indicação ou a manutenção do preposto poderá ser recusada, mediante justificativa, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade;
- XXXVI. substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento da notificação, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato, e independente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer funcionário, cuja atuação, permanência e/ou comportamento, sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- XXXVII. em caso de greve da categoria, manter o atendimento mínimo, de acordo com o que determina a Lei Federal n.º 7.783, de 28 de junho de 1989;
- XXXVIII. entregar à Fiscalização do Contrato a documentação indicada no subitem 4.6;
- XXXIX. observar as Leis, Decretos, regulamentos e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto;
- XL. responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por acidentes na realização dos serviços, especialmente onde for comprovada negligência, imperícia e não observância das Normas de Segurança pertinentes;
- XLI. responder perante o SAMA E e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços;
- XLII. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação e normas vigentes;
- XLIII. implantar, imediatamente após a publicação do referido contrato, os respectivos postos de trabalho de acordo com os dias e horários fixados;
- XLIV. comprovar e manter em vigor a formação técnica específica de todos os vigilantes, mediante apresentação da Carteira Nacional de Vigilante, expedida por instituição devidamente habilitada e reconhecida, bem como quanto à periodicidade dos cursos de reciclagem, entregando cópia dos documentos respectivos à Contratante;
- XLV. disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados;
- XLVI. efetuar a reposição de vigilantes, nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, de acordo com a legislação em vigor;
- XLVII. comunicar à fiscalização do Contrato, toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão, de qualquer membro da equipe, que esteja prestando serviços;
- XLVIII. assegurar que todo vigilante, que cometer falta disciplinar, não será mantido no posto ou quaisquer outras instalações da Contratante;
- XLIX. em conjunto com a Contratante, efetuar avaliações quando à necessidade de substituição de vigilantes e Supervisor/Preposto. Caberá à Contratada promover, de imediato, a substituição, quando considerados não qualificados ou entendidos como inadequados, prejudiciais ou insatisfatórios para a prestação dos serviços;
- L. assumir todas as responsabilidades, tomando medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- LI. manter constante controle de frequência/pontualidade dos seus vigilantes sob

- contrato;
- LII. manter em vigor e providenciar todas as licenças que sejam necessárias à execução dos serviços, entregando cópia das mesmas à Contratante, ficando a seu encargo as respectivas despesas;
 - LIII. fornecer as armas, munições e respectivos acessórios aos vigilantes, no momento da implantação dos postos e mantê-los com os mesmos, durante todo o horário de execução dos serviços no respectivo posto;
 - LIV. manter atualizada e apresentar à Contratante, sempre que exigida, a relação de armas que serão utilizadas no cumprimento do Contrato e cópias xerográficas dos respectivos “Certificado de Registro de Arma de Fogo” e “Porte de Arma”, de acordo com a Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e alterações, que dispõe sobre a aquisição, o cadastro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM;
 - LV. a munição utilizada deverá, sempre, estar dentro da legalidade e da sua validade;
 - LVI. O armamento deverá passar por manutenção periódica e constante, como: limpeza, lubrificação e avaliação de suas condições de uso para que estejam em condições de produzir os efeitos esperados;
 - LVII. A arma deverá ser utilizada somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Contratante, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
 - LVIII. A Contratada é responsável pela entrega e recolhimentos das armas e munições, no início e final de cada turno de trabalho, no posto onde a prestação de serviços não contempla 24 (vinte e quatro) horas, ficando por conta da Contratada os custos decorrentes do transporte respectivo (taxas, licenças, transporte, etc.). Caso a Contratada opte por deixar as armas, munições, coletes balísticos no posto de trabalho, estes equipamentos poderão ser guardados em local seguro, no próprio posto de serviço, não podendo o tomador do serviço ter acesso ao material, cuja responsabilidade pela guarda cabe exclusivamente à empresa especializada. As armas de fogo, munições e equipamentos de uso controlado guardados no posto de serviço, deverão ser acondicionados em cofre, caixa metálica ou outro recipiente análogo suficiente para a proteção e guarda de todo o equipamento e armamento, além de resistente e que seja chumbado ou concretado de modo que não possa ser deslocado ou transportado com facilidade, desde que possuam cadeados ou fechaduras de chave ou senha, as quais ficarão em poder da empresa Contratada.
 - LIX. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos;
 - LX. Indicar Supervisor/Preposto para realizar, em conjunto com a Contratante, o acompanhamento técnico constante das atividades, fiscalizando e orientando os vigilantes, visando à qualidade da prestação dos serviços;
 - LXI. O Supervisor/Preposto indicado deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação, ter disponível veículo em tempo integral, telefone celular e e-mail para possíveis contatos da Contratada, sempre que for necessário;
 - LXII. Executar os serviços de acordo com as normas internas, os regulamentos e normas disciplinares de segurança e medicina do trabalho, adotados pelo SAMAE e de acordo com a legislação em vigor;

- LXIII. A Contratada deverá exigir, de seus funcionários, a obediência às normas da Contratante, principalmente, as concernente a disciplina, segurança, medicina e higiene ocupacional;
- LXIV. Manter, durante toda a execução do contrato, a regularidade junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, em relação às normas de saúde e segurança do trabalho, mantendo, em seu quadro, inclusive, médico ou engenheiro de segurança, que se responsabilizará pela orientação quanto à prevenção de acidentes de trabalho e dimensionamento dos EPIs, podendo a Autarquia exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento dessas obrigações;
- LXV. Obedecer toda a normatização referente à segurança do trabalho, inclusive às diretrizes estabelecidas por sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- LXVI. A Contratada deverá elaborar e implementar Programa Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- LXVII. A Contratada deverá apresentar em até 03 (três) meses da publicação do Contrato, avaliação das exposições ocupacionais a agente físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, onde conste de maneira quantitativa e qualitativa os riscos ocupacionais para cada posto de trabalho;
- LXVIII. Providenciar, em caso de greve no sistema de transporte coletivo da cidade, o transporte dos seus funcionários ao serviço, bem como, o retorno às suas residências, caso necessário;
- LXIX. Prestar os serviços, mesmo quando em estado de greve da categoria, mantendo, nesse caso, esquema de emergência, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades administrativas e o cumprimento do objeto do contrato;
- LXX. A Contratada deverá ter sistema com rádios para facilitar a comunicação entre vigilantes, nos postos de trabalho que exigir mais de 01 (um) vigilante;
- LXXI. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos, quer humanos ou materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante;
- LXXII. A Contratada deverá fornecer relatório discriminado, contendo todos os registros com cópia do livro de ocorrência, inspeções e relatos de outras ocorrências no período, sempre que solicitado pela Contratante,
- LXXIII. A Contratada ressarcirá a Contratante pelo uso, para fins pessoais, do telefone da Contratante;
- LXXIV. Na ocorrência de furtos ou prejuízos ao erário público, ocasionados nos locais de prestação de serviços, que tenham como causa a negligência, imprudência ou imperícia de seus agentes, a Contratada responderá pelos prejuízos daí decorrentes;
- LXXV. A Contratada deverá manter a disciplina entre seus funcionários, sendo-lhes vedado se afastarem de seus postos ou desviarem sua atenção com conversas ou atividades estranhas as suas funções.

6.9. Sanções

6.9.1. Adicionalmente às sanções já estipuladas habitualmente nos contratos da Autarquia, serão aplicadas as seguintes sanções:

6.9.1.1. Pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado, aplicação de multa de 0,25% a 2% (vinte e cinco centésimos a dois por cento), conforme a graduação estabelecida abaixo:

- a) **Multa de 0,25%** (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, para inconformidade LEVE, nas seguintes situações:
- permitir a presença de empregado não uniformizado, aplicável por empregado e por ocorrência;
 - permitir que os empregados desempenhem suas funções sem o uso adequado dos EPIs, aplicável por empregado;
 - deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, aplicável por empregado;
 - deixar de cumprir o horário estabelecido no contrato, aplicável por empregado e por ocorrência;
 - executar as atividades em desacordo com os procedimentos operacionais padrão, aplicável por ocorrência;
 - deixar de assistir/supervisionar seus empregados, nas dependências do SAMAEC, na periodicidade contratualmente determinada, aplicável por ocorrência;
 - deixar de entregar os relatórios de ronda eletrônica na frequência estabelecida ou sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, aplicável por ocorrência;
 - deixar de efetuar a reposição de empregados faltosos, em até uma hora após o início do respectivo expediente, aplicável por empregado e por hora;
 - deixar de cobrir abandonos de posto de trabalho, aplicável por empregado e por hora.
- b) **Multa de 0,50%** (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, para inconformidade MODERADA, nas seguintes situações:
- deixar de entregar o uniforme, equipamento ou EPIs aos empregados nos termos exigidos neste Termo de Referência e/ou normas pertinentes, aplicável por empregado e por dia;
 - deixar de entregar a documentação solicitada pelo SAMAEC, resultante de ações judiciais, no prazo estipulado, aplicável por ocorrência e por dia de atraso;
 - deixar de substituir, após o prazo máximo de 2 dias úteis do recebimento da notificação, empregado, cuja atuação, permanência ou comportamento, sejam considerados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, aplicável por empregado e por dia;
 - destruir ou danificar documentos e equipamentos do SAMAEC que tenha acesso, por culpa, sem a devida reparação/restituição dos valores, aplicável por ocorrência.
- c) **Multa de 0,90%** (noventa centésimos por cento) sobre o valor mensal do contrato, para inconformidade GRAVE, nas seguintes situações:
- utilizar as dependências do SAMAEC para fins diversos do objeto do contrato, aplicável por ocorrência;
 - deixar de entregar a relação de empregados na forma prevista neste Termo de Referência, aplicável por ocorrência e por mês;
 - deixar de entregar a relação de EPIs e o comprovante de entrega dos mesmos, sempre que solicitado pela Fiscalização, aplicável por ocorrência e por mês;

- deixar de pagar o salário nos prazos legais, aplicável por ocorrência e por dia de atraso.
- d) **Multa de 2%** (dois por cento) sobre o valor mensal do contrato, para inconformidade GRAVÍSSIMA, nas seguintes situações:
 - executar as atividades em desacordo com a técnica adequada e com os procedimentos operacionais padrão, aplicável por ocorrência;
 - destruir ou danificar documentos e equipamentos do SAMA E que tenha acesso, por culpa, negligência ou imprudência, sem a devida reparação/restituição dos valores, aplicável por ocorrência;
 - deixar de fornecer vale-transporte, auxílio-refeição/alimentação e /ou pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, nos prazos previstos em convenção ou legislação aplicável, aplicável por ocorrência e por mês.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, de acordo com o estabelecido no art. 10 do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021.

7.2. A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, considerará os seguintes critérios:

- I. a Contratada emitirá nota fiscal/fatura, no valor do serviço contratado;
- II. o primeiro e o último pagamentos serão proporcionais ao número de dias trabalhados do período referente à prestação de serviços;
- III. o pagamento somente será efetuado após a liberação da nota/fatura apresentada pela Contratada e apresentação dos demais documentos exigidos.

7.3. Do recebimento

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico, administrativo ou setorial, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, de acordo com o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e, após a comunicação formal da Contratada ao SAMA E, que fará suas considerações e relatórios de pendências, se for o caso.

7.3.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.3.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- I. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- II. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentados;
- III. comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- IV. enviar a documentação pertinente à área competente, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. Liquidação

7.4.1. Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar;
- V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da Contratada), e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.1.1. A nota fiscal deverá ser entregue na Superintendência de Orçamento, Finanças e Licitações, acompanhada do respectivo boletim de medição, se aplicável, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

7.4.1.2. As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para os e-mails:

contabilidade@samaecaxias.com.br,
npiccoli@samaecaxias.com.br e fmanara@samaecaxias.com.br.

escalginsky@samaecaxias.com.br,

7.4.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

7.4.3. Apresentação dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, à exceção da primeira medição, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, ficando, o pagamento, condicionado à comprovação da quitação das obrigações relativas ao Contrato:

I. No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) relação dos empregados vinculados ao contrato, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número do RG e do CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, em planilha formato .x/sx;
- b) cópia da anotação do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
- c) ficha de registro de empregado e contrato de trabalho;
- d) cópia dos exames/atestados médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- e) cópia da solicitação/renúncia de vale-transporte.

II. Mensalmente, em arquivos agrupados, conforme os subitens:

- a) folha de pagamento mensal, acompanhada dos comprovantes de pagamento da remuneração referente ao mês do documento fiscal e/ou arquivos de retorno bancário que comprovem a quitação dos salários, do pessoal alocado para efetuar os serviços referentes ao objeto do contrato;
- b) relatório individual de efetividade da equipe designada para execução dos serviços (cartão-ponto ou folha-ponto);
- c) protocolo do envio de arquivos da Conectividade Social, relação dos tomadores constantes no arquivo SEFIP, resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP e relatório analítico da GRF, correspondente ao mês do documento fiscal;
- d) guia(s) de recolhimento do FGTS e comprovante(s) de pagamento de acordo com o relatório analítico da GRF correspondente ao mês do documento fiscal;
- e) guia(s) de recolhimento dos encargos sociais – GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e comprovante(s) de pagamento de acordo com o resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP, correspondente ao mês do documento fiscal ou outro documento que legalmente o substitua;
- f) comprovantes de pagamento de benefícios suplementares que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho (vale-transporte, vale-

alimentação, entre outros), individualizados por funcionário terceirizado e com identificação do período a que se referem, correspondente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços a que se refere o documento fiscal;

- g) certidões de regularidade, atualizadas e validadas até o prazo de pagamento estipulado no contrato:
 - 1. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
 - 2. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da Contratada.
 - 3. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da Contratada;
 - 4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- h) declaração informando o quantitativo atualizado dos seus empregados vinculados ao contrato com os respectivos nomes.

III. Quando ocorrer o evento, em arquivos agrupados, conforme os subitens:

- a) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- b) contracheques e/ou folha de pagamento com os respectivos comprovantes de pagamento do 13º salário;
- c) aviso, recibo e comprovante de pagamento de férias, na forma da Lei;
- d) documentação admissional de funcionários que passem a prestar serviços para este contrato;
- e) documentação demissional:
 - 1. cópia do termo de rescisão, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - 2. cópia do comprovante de pagamento das verbas rescisórias;
 - 3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - 4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - 5. cópia do aviso prévio ou pedido de dispensa;
 - 6. cópia do registro de empregado atualizado;
 - 7. cópia da anotação do desligamento na CTPS;
 - 8. cópia do exame demissional;
 - 9. outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

7.4.3.1. Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

7.4.3.2. A qualquer tempo o SAMAE poderá solicitar outros documentos, além dos já mencionados.

7.4.3.3. A documentação deverá ser salva em formato PDF e encaminhada preferencialmente por e-mail, em pen-drive ou disponibilizada em nuvem.

7.5. Prazo de pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado, após a liberação da fiscalização do contrato, no 10º (décimo) dia útil. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

7.5.2. A ordem cronológica de exigibilidade, de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal n.º 23.342, de 29 de outubro de 2024, terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação da despesa.

7.5.3. No caso de atraso do pagamento pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada. Não serão realizados pagamentos através de boletos bancários.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA LICITANTE

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. A Contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.2. Exigências de habilitação

8.2.1. Para fins de habilitação, deverão ser comprovados os seguintes requisitos:

- I. **Habilitação jurídica** (os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva):
 - a) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a

cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

- b) **Microempreendedor individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, que será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis em que opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- g) **Sociedade Anônima:** estatuto em vigor, devidamente registrado, e documento de eleição de seus administradores;
- h) Cópia da publicação no Diário Oficial da União, do Alvará de Autorização ou Revisão de Autorização de Funcionamento, com o Certificado de Segurança, para atuar no Estado do Rio Grande do Sul, expedidos pelo Departamento de Polícia Federal.

II. **Habilitação fiscal, social e trabalhista** (os documentos apresentados deverão estar em vigor na data de abertura do certame):

- a) **prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;**
- b) **prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal,** relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da contratação;
- c) **prova de regularidade com a Fazenda Federal,** devendo ser apresentada a Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- d) **prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei de regularidade;
- e) **prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;**
- f) **prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Mobiliário),** do município expedidor da sede da empresa – aceitar-se-ão certidões (gerais) que englobem

a totalidade dos tributos em um único documento.

III. Qualificação econômico-financeira

- a) **certidão negativa de falência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias da data de abertura do certame (entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento);
- b) **Balanço Patrimonial E Demonstrativo do Resultado do Exercício**, relativos aos dois últimos exercícios sociais, juntamente com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento, exigíveis na forma da lei, devendo ser cópia do Livro Diário devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial, *no caso de sociedade empresária* e Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, *no caso de sociedade simples*), assinados pelo Contabilista e pelo Titular ou Representante legal da licitante. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas. Os documentos contábeis gerados pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão estar acompanhados de recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital (ECD), conforme Decreto Federal n.º 8.683, de 25 de fevereiro de 2016, bem como obedecidas as regras para assinatura.
- 1) a apresentação pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverá obedecer aos mesmos critérios de apresentação, ou seja, balanço patrimonial e demonstrativo do resultado do exercício, relativos aos dois últimos exercícios sociais, juntamente com os respectivos termos de abertura e de encerramento, bem como dos recibos de entrega;
 - 2) as empresas constituídas sob a forma de Sociedade Anônima poderão apresentar as demonstrações contábeis publicadas no Diário Oficial, em conformidade com o local em que esteja situada a sede da companhia, ou em jornal de grande circulação e ata da Assembleia Geral que as aprovou; no entanto, não ficam dispensadas da apresentação dos Termos de Abertura e Encerramento dos Livros Diário, devidamente registrados no órgão competente;
 - 3) a apresentação dos Balanços Patrimoniais e dos Demonstrativos de Resultado dos Exercícios é imprescindível para a análise da boa situação financeira da licitante, que será efetuada com base nos indicadores a seguir relacionados para cada exercício:

$$LC = \frac{AC}{PC} \geq 1,0 \quad LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PNC} \geq 1,0 \quad SG = \frac{AT}{PC + PNC} \geq 1,5$$

Em que:

AC	Ativo Circulante
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
AT	Ativo Total
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
PC	Passivo Circulante
PNC	Passivo Não Circulante
SG	Solvência Geral

- 4) a licitante, para cada exercício financeiro, deverá apresentar, **no mínimo, dois**

dos três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos anteriormente (LC ≥ 1 , LG $\geq 1,0$, SG $\geq 1,5$);

5) exigência de qualificação econômico-financeira, **igual ou superior** a 10% do valor estimado da contratação, a ser comprovada **por uma** das seguintes formas:

- i. **comprovação do capital social da empresa**, através de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial. No caso de o capital social ser registrado no corrente exercício, anexar contrato social ou certidão simplificada expedida pelo órgão competente; ou
- ii. **comprovação de patrimônio líquido**, extraído do Balanço Patrimonial do último exercício social, transcrito do Livro Diário, devidamente registrado no órgão competente ou publicação no Diário Oficial ou jornal de grande circulação;
- iii. a licitante que apresentar qualificação econômico-financeira, em um dos itens acima, estará habilitada neste quesito;
- iv. o SAMAE efetuará análise da situação econômico-financeira por profissional da área contábil;
- v. a licitante que apresentar Patrimônio Líquido negativo, no último exercício, será inabilitada.

Observações em relação à qualificação econômico-financeira:

- 1) as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; a qualificação econômico-financeira dar-se-á através do Patrimônio Líquido ou do Capital Social, igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação ou da parcela pertinente;
- 2) o balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

IV. Qualificação técnica

- a) Declaração do licitante, devidamente assinada pelo seu responsável legal, de que disporá para a execução do contrato, de instalações, pessoal qualificado e aparelhamento técnico adequado e disponível para cumprir o objeto da licitação.
- b) **atestado(s)**, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove(m) ter a licitante prestado serviços equivalentes ou de complexidade tecnológica superior ao objeto da contratação; para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- 1) que comprove ter a proponente executado serviços de Vigilância Patrimonial Armada, na **quantidade mínima de 28 (vinte e oito) postos de trabalho**.

Observações sobre os atestados:

1. os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca, nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura;

2. os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da licitante;
3. admitir-se-á, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, e
4. a licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante, local em que foi executado o objeto contratado, Notas Fiscais, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação é o divulgado no sistema de compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

9.2. Serão considerados, para efeito de aceitação da proposta:

- I. o **Preço Máximo Total** aceitável, o valor orçado e divulgado conforme acima.
- II. o **Preço Máximo Total** aceitável, o valor orçado e divulgado conforme acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da consecução do objeto apresentado neste Termo de Referência correrão por conta da dotação orçamentária consignada, no presente exercício, sob a classificação constante da respectiva Requisição/Solicitação de Empenho, e, do próximo, a consignar, se necessário.

Caxias do Sul, 5 de março de 2025.

Éderson Scalginsky,
Seção de Manutenção e Conservação de
Bens.

Fernando Antonio Manara,
Gerente Administrativo.

Neuro Luiz Piccoli
Schefe da Seção de Manutenção e
Conservação de Bens.

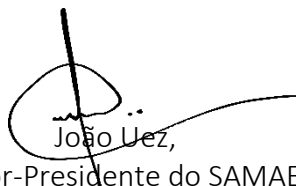
Luis Fernando Henk,
Superintendente Administrativo.

MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Considerando-se os elementos constantes deste Termo de Referência, determino:

- ☒ a continuidade do processo, com a elaboração do respectivo Edital de Licitação;
- ☐ a continuidade do processo, através de Dispensa de Licitação (art. 75, incisos I e/ou II da NLLCA);
- ☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a dispensa pretendida (demais incisos do art. 75 da NLLCA);
- ☐ a continuidade do processo, com encaminhamento à Assessoria Jurídica do Órgão, para manifestação sobre a inexigibilidade pretendida (art. 74 da NLLCA);
- ☐ a revisão das informações apresentadas, para posterior reanálise.

Caxias do Sul, 05 de março de 2025.



João Uez,
Diretor-Presidente do SAMA E.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90028/2025

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

Identificação do Fornecedor:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

E-mail:

Nome do Responsável para contato junto ao SAMA E:

Fone:

E-mail:

ITEM	CÓD. SAMA E	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)
01	8821	24015	Vigilância Patrimonial Armada, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I.	01	Serviço		

DECOMPOSIÇÃO DOS CUSTOS
(Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal):

I. Custos com pessoal, (mão de obra e serviços), encargos sociais, previdenciários e trabalhistas. R\$ _____

II. Custos com materiais, utensílios, equipamentos, tributação/lucro, etc. R\$ _____

TOTAL GERAL (I + II) R\$ _____

TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES POR EXTENSO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidades de Serviço	PREÇO MENSAL POR UNIDADE (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)
01	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo	28		
02	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo	27		
03	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36	1		

	horas diurnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)			
04	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)	1		
TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES				
TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES POR EXTENSO:				

Obrigatória a apresentação dos Adendos I, II, III, IV e V do Termo de Referência (Planilhas de Custos e Formação de Preços).

Local e data: _____

Nome completo e assinatura do representante legal da licitante

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90028/2025

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, DE CAXIAS DO SUL – RS E _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL ARMADA.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, Sr. João Jocemar Uez Pezzi, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal, Sr(a). _____, CPF n.º _____, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS, DO AMPARO LEGAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente contrato é celebrado à vista do contido no Processo Administrativo n.º 2025000341, que trata do Pregão Eletrônico n.º 90028/2025, Termo de Referência, proposta da Contratada, atendendo à Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; à Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e demais legislações pertinentes à matéria, às regras e condições estabelecidas no Edital do respectivo Pregão Eletrônico e aos anexos que o integram; as despesas decorrentes correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob o código 03.02 – SAD – 17.122.017.2.334 – 3.3.90.37.03.00.00.00, e, do próximo, a consignar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Contratação de empresa para prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial Armada, de forma contínua, mediante a disponibilização de vigilantes, armamentos, materiais, equipamentos e utensílios necessários, destinados ao atendimento das necessidades do SAMA E de Caxias do Sul – RS, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

§ 1º O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

§ 2º O objeto desta contratação é enquadrado como continuado, com dedicação de mão de obra exclusiva, tendo em vista que os serviços visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua para garantir a segurança das instalações do SAMA E e assegurar a integridade física dos servidores e dos que transitam nas instalações do órgão, considerando que sua interrupção pode comprometer a prestação dos serviços públicos ou o cumprimento da missão institucional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O SAMA E pagará à Contratada o valor correspondente a R\$ _____ (_____) pela execução do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

ITEM	CÓD. SAMA E	CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL PARA 12 MESES (R\$)
01	8821	24015	Vigilância Patrimonial Armada, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.	01	Serviço		
DECOMPOSIÇÃO DOS CUSTOS Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal: <ul style="list-style-type: none"> I. Custos com pessoal, (mão de obra e serviços), encargos sociais, previdenciários e trabalhistas. R\$ _____ II. Custos com materiais, utensílios, equipamentos, tributação/lucro, etc. R\$ _____ TOTAL GERAL (I + II) R\$ _____							
TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES POR EXTENSO							

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidades de Serviço	PREÇO MENSAL POR UNIDADE (R\$)	PREÇO TOTAL MENSAL (R\$)
01	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo	28		
02	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo	27		
03	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36 horas diurnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)	1		
04	Vigilância armada para o SAMA E de Caxias do Sul - 12 x 36 horas noturnas - de segunda-feira a domingo (Posto Volante)	1		
TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES				
TOTAL GERAL PARA 12 (DOZE) MESES POR EXTENSO:				

§ 1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para a execução do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte Contratada.

§ 2º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, nele estando incluídos a remuneração dos funcionários, obedecido o piso salarial da categoria, os encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive relativas a acidentes de trabalho), fiscais, tributárias e comerciais ou de qualquer outra natureza, assim como despesas com vale-transporte, alimentação, assistência médica e social, segurança e medicina do trabalho, veículos e suas manutenções, combustíveis, seguros pertinentes a execução dos serviços (veículos, equipamentos), despesas com transporte de materiais, equipamentos e funcionários, quando for o caso, despesas telefônicas, materiais, equipamentos, utensílios, uniformes, crachás e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços a serem executados.

§ 3º A Contratada é responsável exclusiva pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato.

§ 4º A inadimplência da Contratada com relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere ao SAMAE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar e/ou restringir a regularização e o uso do objeto contratado, de acordo com o artigo 121, § 1º, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 5º Exclusivamente, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas, se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações da Contratada.

§ 6º Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei Federal n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

§ 7º Em caso de reclamação trabalhista contra a Contratada, em que o SAMAE seja incluído no polo passivo da demanda, independentemente da garantia ofertada, serão retidos, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização, caso haja decisão desfavorável prolatada.

§ 8º As alterações porventura introduzidas, por imperiosa necessidade, poderão determinar variações nos volumes dos serviços relativamente ao projeto original. Estes acréscimos ou reduções eventuais serão pagos ou descontados de acordo com os preços unitários contratuais.

§ 9º Os quantitativos foram estimados para um ano de contratação, para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por se tratar de contrato por preço unitário, os quantitativos poderão

variar para mais ou para menos, considerando-se, sempre, os preços unitários propostos.

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA E DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

§ 1º A execução do objeto terá início na data da publicação do instrumento contratual.

§ 2º A Contratada prestará os serviços obedecendo a jornada de trabalho com intervalos para alimentação, de acordo com a legislação em vigor, conforme postos de trabalho, locais, períodos semanais e horários estabelecidos na Cláusula Sexta.

§ 3º O número de vigilantes, locais/postos e/ou horários de trabalho poderão sofrer alterações conforme a necessidade do SAMAE, sendo que, a Contratada será comunicada com antecedência de 05 (cinco) dias úteis das possíveis alterações. Sempre que houver alteração, o valor a ser pago pelos serviços prestados será proporcionalmente aumentado ou reduzido, de acordo com o preço constante da proposta.

§ 4º Os Postos Volantes compreendem as necessidades eventuais do SAMAE, para prestação de serviços de vigilância patrimonial armada, onde se fizer necessário, com todas as condições, responsabilidades e requisitos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

§ 5º O SAMAE comunicará, formalmente, à Contratada, sobre a necessidade de utilização dos Postos Volantes, podendo, os mesmos, não serem utilizados durante a execução do Contrato. A contraprestação financeira ocorrerá, somente, se utilizados os serviços correspondentes, pelo número de dias em que forem utilizados.

§ 6º O SAMAE, a qualquer momento, poderá solicitar rodízio dos Vigilantes, nos postos de serviço, quando achar necessário e quando verificado o descumprimento das atividades, objeto deste termo, bem como, poderá solicitar a substituição dos vigilantes.

§ 7º A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento da notificação, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato, e independente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer funcionário, cuja atuação, permanência e/ou comportamento, sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

§ 8º A Contratada deverá solicitar autorização à Contratante, quando houver alteração do quadro funcional, designado para a execução dos serviços, apresentando as devidas documentações do novo quadro.

§ 9º A Contratada deverá providenciar substituições dos profissionais, em intervalos para refeições e em casos de faltas, férias, licenças e outros afastamentos.

§ 10 A Contratada deverá providenciar a reposição, imediata, do funcionário que não comparecer ao posto de trabalho.

§ 11 A Contratada deverá fornecer, a todos os vigilantes, os uniformes personalizados,

aprovados pelo Ministério de Justiça, crachás de identificação, equipamentos de proteção individual – EPI’s e/ou coletiva – EPC’s, armas, munição, sistema de comunicação por telefonia móvel, no mínimo para o Supervisor/Preposto de todos os postos de serviços de vigilância, e demais acessórios que se fizerem necessários ao exercício do serviço contratado.

§ 12 O crachá deverá conter a identificação da Contratada, o nome do funcionário, sua foto recente, grupo sanguíneo e o fator Rh.

§ 13 A Contratada deverá propiciar aos vigilantes as condições necessárias para o perfeito desenvolvimento dos serviços, fornecendo-lhes:

- I. Uniformes, equipamentos de proteção individual e/ou coletiva, adequados às tarefas que executam e às condições climáticas.
- II. Equipamentos e materiais tais como: telefonia móvel quando for o caso, lanternas recarregáveis, livros de capa dura numerados tipograficamente, para registro de ocorrências, bastão de ronda, entre outros.

§ 14 A Contratada deverá fornecer a cada vigilante, no início do contrato, no mínimo, os seguintes uniformes por ano e seus complementos à mão de obra envolvida, conforme a seguir descrito:

- I. Calça, 02 (duas) unidades;
- II. Camisa de manga comprida, 02 (duas) unidades;
- III. Camisa de manga curta, 02 (duas) unidades;
- IV. Cinto de nylon, 01 (uma) unidade;
- V. Sapatos ou coturnos, 02 (dois) pares;
- VI. Boné ou quepe com emblema da empresa, 01 (uma) unidade;
- VII. Jaqueta de frio ou japona, 01 (uma) unidade;
- VIII. Suéter ou pulôver, 01 (uma) unidade;
- IX. Botas de chuva, 01 (um) par;
- X. Capa do colete balístico, 02 (duas) unidades;
- XI. Crachá, 01 (uma) unidade.

§ 15 A Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e utensílios necessários, nas quantidades estimadas mínimas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- I. Revólver calibre 38, no total de 29 (vinte e nove) armas;
- II. Munição calibre 38, sendo um blister com 10 unidades para cada arma utilizada;
- III. Cinto com coldre, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- IV. Lanterna tática recarregável, no total de 28 (vinte e oito) unidades, sendo uma para cada posto noturno, com no mínimo duas baterias para cada lanterna;
- V. Colete balístico, no total de 57 (cinquenta e sete) unidades, sendo um para cada posto diurno e um para cada posto noturno;
- VI. Rádio HT, com no mínimo duas baterias para cada rádio, no total de 07 (sete) rádios, sendo 03 (três) para os postos de trabalho localizados no Complexo Parque da Imprensa, 02 (dois) para os postos de trabalho localizados no Complexo Visconde de Pelotas e 02 (dois) para os postos de trabalho localizados na ETE Tega;

- VII. Livro de ocorrências, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- VIII. Capa de chuva, no total de 29 (vinte e nove) unidades;
- IX. Bastão de ronda, no total de 18 (dezoito) unidades, sendo 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Complexo Parque da Imprensa, 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Complexo Visconde de Pelotas, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Faxinal, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Maestra, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na EBAB Marrecas, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Celeste Gobatto, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Borges de Medeiros, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Morro Alegre, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETA Samuara, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Ana Rech, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Belo, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Canyon, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Pena Branca, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Pinhal, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Samuara, 01 (um) para os postos de trabalho localizados na ETE Tega, 01 (um) para os postos de trabalho localizados no Centro de Reserva Jardim das Hortências e 01 (um) para os postos de trabalho localizados na Sede Administrativa.

§ 16 São 29 (vinte e nove) unidades de revólver, blister de munição, cinto com coldre, livro de ocorrência e capa de chuva; 28 (vinte e oito) unidades de lanterna; 07 (sete) unidades de rádio e 18 (dezoito) unidades de bastão de ronda, pois os postos 12x36 diurno e noturno, localizados em cada prédio, passam esses equipamentos de um para o outro.

§ 17 A Contratada não poderá repassar os custos de qualquer um dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços para os empregados.

§ 18 Os equipamentos acima descritos deverão ser fornecidos ao vigilante no momento da implantação dos postos.

§ 19 A prestação dos serviços de vigilância patrimonial, nos postos fixados pela Contratante, envolve a alocação, pela Contratada, de profissionais devidamente habilitados e qualificados, apresentando as respectivas Carteiras Nacional de Vigilantes, nos termos da Portaria nº 891, de 12 de agosto de 1999 e alterações, do Departamento de Polícia Federal e demais normas vigentes, a fim de exercerem, com eficiência, as atribuições atinentes a suas funções.

§ 20 Condições para execução dos serviços:

- I. Assumir o posto, devidamente uniformizado, com aparência pessoal adequada, e manter a postura profissional compatível com a função.
- II. Apresentar seus funcionários para executar os serviços devidamente uniformizados, exigindo-se que exista homogeneidade dos fardamentos (mesmo tipo e cor), devendo-se apresentar, invariavelmente, limpos e identificados através de crachás com fotografias recentes.
- III. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração das

- instalações e outros de interesse, objetivando um melhor desempenho das suas atividades.
- IV. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Contratante, bem como aquelas que entenderem oportunas.
 - V. Permitir o ingresso nas instalações da Contratada somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas.
 - VI. Fiscalizar a entrada e a saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de servidores autorizados a estacionarem seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados.
 - VII. Colaborar com as Polícias Civil e Militar, nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Contratante, facilitando, no possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
 - VIII. Controlar a entrada e saída de veículos, servidores e visitantes, após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, registrando em controle.
 - IX. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes sejam devidos e previamente autorizados pela Contratante.
 - X. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato à Contratante.
 - XI. Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, assim como de bens particulares de servidores ou de terceiros.
 - XII. Executar a(s) ronda(s) diária nos postos designados, conforme a orientação recebida da Contratante, verificando todas as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da ordem nas instalações.
 - XIII. Colaborar, nos casos de emergência ou abandono das instalações, visando a manutenção das condições de segurança.
 - XIV. Repassar para o(s) vigilante(s) que está(ão) assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações, recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações.
 - XV. Desligar a energia elétrica e alarmes, quando necessário e solicitado pela Fiscalização do Contrato.

§ 21 A Contratada se responsabilizará por furtos de quaisquer objetos, pertencentes aos seus vigilantes e seus funcionários, nos locais de guarnição.

§ 22 É proibido, na área de atuação do Vigilante, se entreter com celulares, notebooks, tablets e outros objetos que lhe tire a concentração necessária para o patrulhamento.

§ 23 É proibido, na área de atuação do Vigilante, se ausentar do posto.

§ 24 Consoante os procedimentos cabíveis dos serviços de vigilância, na ocorrência de irregularidades, os profissionais deverão registrar, em documento próprio, os assuntos pertinentes e comunicar, imediatamente, aos seus superiores e a Fiscalização do Contrato.

§ 25 Na iminência de situações de caráter grave, os vigilantes da Contratada, deverão informar, imediatamente, à autoridade policial e por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à Fiscalização do Contrato.

§ 26 Os postos devem ser assistidos, ininterruptamente, por Supervisor/Preposto e com no mínimo, um veículo de apoio para administração, fiscalização, orientação e emergências por parte da Contratada, com custos inclusos nos preços ofertados; a supervisão dos serviços prestados deverá ser constante e diária.

§ 27 Ao Supervisor/Preposto, ao qual todos os Vigilantes serão subordinados, competirá as seguintes atribuições:

- I. supervisionar a perfeita execução dos serviços contratados;
- II. garantir a presença de Vigilantes em todos os postos de serviço contratados;
- III. garantir que todos os Vigilantes estejam cumprindo todas as determinações contratuais;
- IV. informar, imediatamente, à Contratante sobre quaisquer incidentes;
- V. elaborar e encaminhar os relatórios solicitados, sobre a sua efetividade e dos Vigilantes e, sobre os serviços prestados em todos os postos, incluindo ocorrências e demais incidentes registrados;
- VI. providenciar a substituição de vigilantes, sempre que necessário;
- VII. elaborar a escala de serviço;
- VIII. manter fiscalização volante, para supervisionar e prestar acompanhamento aos postos de serviços, através de veículo.

§ 28 Constituem especificações dos serviços de vigilância armada:

- I. Manter sob vigilância e controle a entrada e a saída de pessoas;
- II. Realizar rondas nas áreas sob vigilância;
- III. Encaminhar à recepção pessoas estranhas aos quadros do SAMAE;
- IV. Prestar auxílio ao pessoal da recepção;
- V. Impedir a entrada de vendedores e pessoas não autorizadas;
- VI. Retirar do interior do prédio pessoas não autorizadas;
- VII. Manter rigoroso controle sobre os veículos particulares que estiverem nos estacionamentos da Autarquia, quando houver, durante o período de expediente;
- VIII. Orientar visitantes, servidores e usuários dos estacionamentos da Autarquia, quando houver;
- IX. Verificar quaisquer anormalidades com veículos, comunicando-as aos seus respectivos proprietários;
- X. Atentar para quaisquer atitudes suspeitas na saída de pessoas em veículos ou a pé;
- XI. Informar, imediatamente, a Fiscalização do Contrato sobre quaisquer anormalidades;
- XII. Atender com prontidão quaisquer determinações da Fiscalização do Contrato;
- XIII. Manter a guarda do posto;
- XIV. Abrir e fechar as portas dos prédios da Autarquia, no início e final do expediente;
- XV. Realizar outras atividades inerentes à função e ao objeto do contrato.

§ 29 Constituem regras gerais a serem observadas pelos profissionais alocados nos postos de

trabalho objetos deste documento:

- I. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pela pelo Supervisor/Preposto;
- II. Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá, uniformizado(a), asseado(a), barbeado e com unhas aparadas;
- III. Manter cabelos cortados e/ou presos;
- IV. Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências do SAMAE;
- V. Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- VI. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- VII. Cumprir as normas internas do órgão;
- VIII. Zelar pela preservação do patrimônio do SAMAE sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- IX. Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- X. Solicitar apoio técnico junto às unidades competentes do SAMAE para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- XI. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- XII. Receber/passar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- XIII. Guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- XIV. Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- XV. Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- XVI. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- XVII. Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- XVIII. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao Supervisor/Preposto, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- XIX. Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do SAMAE, providenciando para que sejam encaminhados à Fiscalização do Contrato ou ao Supervisor/Preposto;
- XX. Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento;
- XXI. Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes do SAMAE;
- XXII. Tratar a todos com urbanidade;
- XXIII. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de Fiscalização do Contrato;
- XXIV. Não participar, no âmbito da Contratante, de grupos de manifestações ou reivindicações, evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou

desrespeitosos relativos a outras pessoas.

§ 30 As atividades, nos postos de Vigilância Patrimonial Armada, deverão contemplar o atendimento às necessidades de segurança da Contratante e, também, as particularidades de cada posto, elencados, a seguir:

POSTO	LOCAL	PARTICULARIDADES
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 – Diurno	Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMAE, bem como a identificação dos respectivos motoristas. No final do expediente, verificar se as portas e janelas estão devidamente fechadas (Seção de Manutenção Eletromecânica, Refeitório e Querência). Controlar o acesso de pessoas e veículos nas dependências, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizados. Prestar as informações solicitadas. Zelar pela ordem e asseio no local. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências. Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
3	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 – Diurno	
4	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno	
5	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica - Diurno	
6	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica - Noturno	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo os que não estão previamente autorizados, bem como o acesso de pessoas. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMAE, bem como a identificação dos respectivos motoristas. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Prestar informações solicitadas. Zelar pela ordem e asseio no local. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
9	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 – Diurno	
10	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno	
11	EBAB Faxinal – Diurno	
12	EBAB Faxinal – Noturno	
13	EBAB Maestra - Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo os que não estão previamente autorizados, bem como o acesso de pessoas. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados pelo SAMAE, bem como a identificação dos respectivos motoristas. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Prestar informações solicitadas. Zelar pela ordem e asseio no local. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.
14	EBAB Maestra – Noturno	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem - Noturno	
17	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso – Diurno	
18	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso - Noturno	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	
20	ETA Celeste Gobatto - Noturno	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	
22	ETA Borges de Medeiros - Noturno	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	
24	ETA Morro Alegre – Noturno	
25	ETA Samuara – Diurno	
26	ETA Samuara – Noturno	
27	ETE Ana Rech – Diurno	
28	ETE Ana Rech - Noturno	
29	ETE Belo – Diurno	
30	ETE Belo – Noturno	

31	ETE Canyon – Diurno	
32	ETE Canyon – Noturno	
33	ETE Pena Branca – Diurno	
34	ETE Pena Branca – Noturno	
35	ETE Pinhal – Diurno	
36	ETE Pinhal – Noturno	
37	ETE Samuara – Diurno	
38	ETE Samuara - Noturno	
39	ETE Tega – Guarita de Acesso – Diurno	
40	ETE Tega – Guarita de Acesso – Noturno	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	
42	ETE Tega – Guarita Interna - Noturno	
43	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Diurno	
44	Reserva Natural Parque dos Pinhais - Noturno	
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Diurno	
46	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Noturno	
47	Seção de Almoxarifado – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>Investigar quaisquer condições anormais.</p> <p>Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio e do pátio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas.</p>
48	Seção de Almoxarifado - Noturno	<p>Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado.</p> <p>Ligar e desligar o alarme.</p> <p>Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.</p>
49	Sede Administrativa – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Realizar ronda de inspeção dentro das dependências.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio no local.</p> <p>No início do expediente, abrir portas e janelas e, no final do expediente, verificar se as mesmas estão devidamente fechadas.</p> <p>Investigar quaisquer condições anormais.</p>
50	Sede Administrativa - Noturno	<p>Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes.</p> <p>Controlar o acesso de pessoas, nas dependências do prédio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizadas, registrando, no sistema, nome e número de documentos das pessoas visitantes, entregando-lhes o crachá, previamente autorizadas.</p> <p>Fora do expediente, deverá manter a porta central fechada e abrindo, para pessoal devidamente autorizado, sempre que for</p>
51	Loja Comercial – Diurno	<p>Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança.</p> <p>Prestar informações solicitadas.</p> <p>Zelar pela ordem e asseio na área comercial.</p> <p>No início do expediente, abrir portas e janelas e, no final do expediente, verificar se as mesmas estão devidamente fechadas.</p> <p>Investigar quaisquer condições anormais.</p>
52	Loja Comercial - Noturno	<p>Atender chamadas telefônicas e tomar as medidas pertinentes.</p> <p>Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio, restringindo o acesso, se não estiverem, previamente, autorizadas.</p> <p>Fora do expediente, deverá manter a porta central fechada e abrindo, para pessoal devidamente autorizado, sempre que for solicitada.</p>

53	Garagem Loja Comercial – Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Controlar o acesso e circulação de veículos, restringindo o acesso de pessoas e veículos, se não estiverem previamente autorizados. Zelar pela ordem e asseio no local. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios e locados do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.
54	Seção de Hidrometria – Diurno	Zelar e vigiar a área, vistoriando os locais, verificando as condições de segurança. Prestar informações solicitadas. Realizar ronda de inspeção dentro das dependências. Zelar pela ordem e asseio no local. Investigar quaisquer condições anormais.
55	Seção de Hidrometria – Noturno	Controlar o acesso de pessoas nas dependências do prédio e do pátio, restringindo o acesso, se não estiverem previamente autorizados. Manter o portão central fechado e abrindo sempre que for solicitado. Ligar e desligar o alarme. Controlar, em planilha própria da Contratante, os horários e a quilometragem de entrada e saída dos veículos próprios do SAMA E, bem como a identificação dos respectivos Motoristas.

§ 31 A Contratada deverá instalar equipamentos em locais específicos da área a ser vigiada a serem definidos em conjunto com a Fiscalização do Contrato, a fim de termos o controle da circulação dos vigilantes nessas áreas - Ronda eletrônica (bastão de ronda). Os relatórios das rondas eletrônicas deverão ser fornecidos por meio digital à Contratante, quinzenalmente e, independente do período, sempre que solicitado pela Fiscalização.

§ 32 As Rondas Eletrônicas deverão ser realizadas, no mínimo, nos seguintes postos, conforme tabela abaixo:

POSTO	LOCAL	POSTO	LOCAL
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno
11	EBAB Faxinal – Diurno	12	EBAB Faxinal – Noturno
13	EBAB Maestra – Diurno	14	EBAB Maestra – Noturno
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	20	ETA Celeste Gobatto – Noturno
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	22	ETA Borges de Medeiros – Noturno
23	ETA Morro Alegre – Diurno	24	ETA Morro Alegre – Noturno
25	ETA Samuara – Diurno	26	ETA Samuara – Noturno
27	ETE Ana Rech – Diurno	28	ETE Ana Rech – Noturno
29	ETE Belo – Diurno	30	ETE Belo – Noturno
31	ETE Canyon – Diurno	32	ETE Canyon – Noturno
33	ETE Pena Branca – Diurno	34	ETE Pena Branca – Noturno
35	ETE Pinhal – Diurno	36	ETE Pinhal – Noturno
37	ETE Samuara – Diurno	38	ETE Samuara – Noturno
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Diurno	46	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Noturno
49	Sede Administrativa – Diurno	50	Sede Administrativa – Noturno

§ 33 Conforme interesse/necessidade do SAMA E, as rondas eletrônicas poderão ser instaladas em outros postos.

§ 34 As rondas eletrônicas deverão ser realizadas, independentemente das condições

climáticas, conforme seguintes parâmetros, salvo determinação diversa pela Contratante:

POSTO	LOCAL	RONDAS
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	<p>Nos horários de grande fluxo de veículos (início e término de cada turno) não haverá a realização de rondas, devido à necessidade de anotações das quilometragens dos veículos.</p> <p>Esses horários são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Das 07:00hs às 08:00hs; - Das 11:00hs às 12:00hs; - Das 13:00hs às 14:00hs e; - Das 17:00hs às 18:00hs. <p>Nos demais horários, a Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.</p>
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	<p>Nos horários de grande fluxo de veículos (início e término de cada turno) não haverá a realização de rondas, devido à necessidade de anotações das quilometragens dos veículos.</p> <p>Esses horários são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Das 07:00hs às 08:00hs; - Das 11:00hs às 12:00hs; - Das 13:00hs às 14:00hs e; - Das 17:00hs às 18:00hs. <p>Nos demais horários, a Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.</p>
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno	
11	EBAB Faxinal – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
12	EBAB Faxinal – Noturno	
13	EBAB Maestra – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
14	EBAB Maestra – Noturno	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
20	ETA Celeste Gobatto – Noturno	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
22	ETA Borges de Medeiros – Noturno	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
24	ETA Morro Alegre – Noturno	
25	ETA Samuara – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
26	ETA Samuara – Noturno	
27	ETE Ana Rech – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
28	ETE Ana Rech – Noturno	
29	ETE Belo – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
30	ETE Belo – Noturno	
31	ETE Canyon – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
32	ETE Canyon – Noturno	
33	ETE Pena Branca – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
34	ETE Pena Branca – Noturno	
35	ETE Pinhal – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
36	ETE Pinhal – Noturno	
37	ETE Samuara – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
38	ETE Samuara – Noturno	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno	
45	Centro de Reservação Jardim das Hortências - Diurno	Ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 01 hora.
46	Centro de Reservação Jardim das Hortências – Noturno	
49	Sede Administrativa – Diurno	<p>De segunda-feira a sexta-feira, durante o período diurno, não haverá ronda, pois há grande circulação de pessoas, e é necessária a permanência constante da vigilância na portaria.</p> <p>De segunda-feira a sexta-feira, durante o período noturno, a ronda deverá ser feita, no mínimo, a cada 02 horas, do intervalo das 21:00hs às 05:00hs.</p> <p>Nos finais de semana, no sábado pela manhã, em virtude de acesso de servidores para trabalhar no local, a ronda não será realizada no turno da manhã. A partir das 13:00hs de sábado, a ronda deverá ser realizada, no mínimo, a cada 02 horas, até às 05:00hs da segunda-feira.</p>
50	Sede Administrativa – Noturno	

§ 35 Correrá às expensas da Contratada, os salários e remuneração dos vigilantes, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários, multas, indenizações, seguro, assistência médica e social, risco de vida e de acidentes e adicionais diversos, bem como auxílios alimentação e transporte.

§ 36 A responsabilidade civil será da Contratada, por atos praticados pelos seus funcionários, quando da execução dos serviços contratados, isentando a Contratante de toda e qualquer responsabilidade, por danos causados pelos vigilantes a quaisquer pessoas ou bens.

§ 37 A Contratada será responsável pela indenização por danos físicos ou pela morte, acidental, de qualquer pessoa, bem como danos materiais às propriedades públicas e privadas por ela causados.

§ 38 A execução do objeto deverá obedecer fielmente às especificações constantes do Edital da Licitação e em seus anexos, às normas da ABNT, quando aplicáveis, a outras normas, quando citadas; além dos demais dispositivos legais vigentes e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a Contratada responsável pela sua readequação.

§ 39 O SAMAE reserva-se o direito de recusar os serviços que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes serão de responsabilidade da Contratada, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento quando da execução definitiva.

§ 40 O não cumprimento dos prazos previstos poderá acarretar a rescisão do contrato, bem como a aplicação das penalidades legais e a convocação do fornecedor subsequente.

§ 41 Toda e qualquer execução fora do estabelecido será, imediatamente, notificada à Contratada que ficará obrigada a providenciar sua reparação no prazo estipulado pela Autarquia, ficando entendido que correrá por sua conta e risco tal substituição, sujeitando-se, também, às sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Não se aplica à contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, PERÍODOS E HORÁRIOS DE EXECUÇÃO

Os serviços de Serviços de Vigilância Patrimonial Armada, serão executados nas unidades do SAMAE, conforme quadro abaixo, que compreende a quantidade de postos de trabalho, locais, períodos semanais e horários:

POSTO	LOCAL	ENDEREÇO	FUNCIONÁRIOS POR POSTO	HORÁRIO	PERÍODO SEMANAL
1	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	R. Nestor Moreira, 719, B. N.S. Lourdes	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
2	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno		02	19h às 07h	

3	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 - Diurno		02	07h às 19h	
4	Complexo Parque da Imprensa – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno		02	19h às 07h	
5	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica – Diurno		02	07h às 19h	
6	Complexo Parque da Imprensa – Gerência de Manutenção Eletromecânica - Noturno		02	19h às 07h	
7	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Diurno	R. Visconde de Pelotas, 456, B. Madureira	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
8	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 1 - Noturno		02	19h às 07h	
9	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Diurno		02	07h às 19h	
10	Complexo Visconde de Pelotas – Guarita de Acesso – Posto 2 - Noturno		02	19h às 07h	
11	EBAB Faxinal – Diurno	Estância Boca da Serra, 2300, B. Ana Rech	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
12	EBAB Faxinal – Noturno		02	19h às 07h	
13	EBAB Maestra – Diurno	Estrada Adolfo Randazzo, 82, B. Santa Fé	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
14	EBAB Maestra – Noturno		02	19h às 07h	
15	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Diurno	Travessão Soares, 89, Distrito de Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
16	EBAB Marrecas - Casa de Bombas e Barragem – Noturno		02	19h às 07h	
17	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso – Diurno		02	07h às 19h	
18	EBAB Marrecas – Guarita de Acesso - Noturno		02	19h às 07h	
19	ETA Celeste Gobatto – Diurno	R. Tenente Coronel Durval Alvarenga Souto Maior, 3181, B. Pioneiro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
20	ETA Celeste Gobatto – Noturno		02	19h às 07h	
21	ETA Borges de Medeiros – Diurno	R. Heitor Curra, 40 - B. Madureira	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
22	ETA Borges de Medeiros – Noturno		02	19h às 07h	
23	ETA Morro Alegre – Diurno	Estrada Patrício Pasquali, 601, Distrito de Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
24	ETA Morro Alegre – Noturno		02	19h às 07h	
25	ETA Samuara – Diurno	Av. Frederico Segala, 2408 - B. Forqueta	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
26	ETA Samuara – Noturno		02	19h às 07h	
27	ETE Ana Rech – Diurno	Continuação da Av. Rio Branco, s/n, B. Ana Rech	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
28	ETE Ana Rech – Noturno		02	19h às 07h	
29	ETE Belo – Diurno	Estrada Municipal da Uva, 4501, B. Desvio Rizzo	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
30	ETE Belo – Noturno		02	19h às 07h	
31	ETE Canyon – Diurno	Estrada Adolfo Randazzo, 1580, B. Canyon	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
32	ETE Canyon – Noturno		02	19h às 07h	
33	ETE Pena Branca – Diurno	Estrada Municipal Cláudio Formolo, 2310, B. São Virgílio	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
34	ETE Pena Branca – Noturno		02	19h às 07h	
35	ETE Pinhal – Diurno	R. João Orestes Faoro, 1200, B. Planalto	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados

36	ETE Pinhal – Noturno		02	19h às 07h	
37	ETE Samuara – Diurno	Rua Jayme Guilherme Muratore Filho, 3633, B. São Giacomio	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
38	ETE Samuara – Noturno		02	19h às 07h	
39	ETE Tega – Guarita de Acesso – Diurno	Travessão Thompson Flores, 167, B. Matioda	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
40	ETE Tega – Guarita de Acesso – Noturno		02	19h às 07h	
41	ETE Tega – Guarita Interna – Diurno		02	07h às 19h	
42	ETE Tega – Guarita Interna – Noturno		02	19h às 07h	
43	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Diurno	Rodovia Rota do Sol, Km 171 – Vila Seca	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
44	Reserva Natural Parque dos Pinhais – Noturno		02	19h às 07h	
45	Centro de Reserva Jardim das Hortências - Diurno	Rua Ana Catharina Canali, 1112 – B. São Cristóvão	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
46	Centro de Reserva Jardim das Hortências – Noturno		02	19h às 07h	
47	Seção de Almoxarifado – Diurno	R. Jacinto Madalosso, 211 - B. Pio X	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
48	Seção de Almoxarifado – Noturno		02	19h às 07h	
49	Sede Administrativa – Diurno	R. Pinheiro Machado, 1615 - B. Centro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
50	Sede Administrativa – Noturno		02	19h às 07h	
51	Loja Comercial – Diurno	R. Pinheiro Machado, 1631 – B. Centro	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
52	Loja Comercial – Noturno		02	19h às 07h	
53	Garagem Loja Comercial – Diurno		02	07h às 19h	
54	Seção de Hidrometria – Diurno	R. Jacinto Madalosso, 211 - B. Pio X	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
55	Seção de Hidrometria – Noturno		02	19h às 07h	
56	Posto Volante – Diurno	Onde se fizer necessário	02	07h às 19h	Segunda a Domingo, inclusive feriados
57	Posto Volante – Noturno		02	19h às 07h	

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Esta exigência não se aplica à contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DO OBJETO

O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA NONA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

§1º A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, de acordo com o estabelecido no art. 10 do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021.

§ 2º A aferição da execução contratual, para fins de pagamento, considerará os seguintes critérios:

- I. a Contratada emitirá nota fiscal/fatura, no valor do serviço contratado;
- II. o primeiro e o último pagamentos serão proporcionais ao número de dias trabalhados do período referente à prestação de serviços;
- III. o pagamento somente será efetuado após a liberação da nota/fatura apresentada pela Contratada e apresentação dos demais documentos exigidos.

§ 3º Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico, administrativo ou setorial, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, de acordo com o disposto no § 2º do art. 3º do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e, após a comunicação formal da Contratada ao SAMA E, que fará suas considerações e relatórios de pendências, se for o caso.

§ 4º A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

§ 5º Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 6º Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor do contrato, ou da Comissão de Recebimento, quando houver, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- I. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- II. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentados;
- III. comunicar à Contratada para que emita a Nota Fiscal/Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- IV. enviar a documentação pertinente à área competente, para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

§ 7º No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, comunicando-se à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

§ 8º Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

§ 9º O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

§ 10 Para fins de liquidação, a área competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I. a data da emissão;
- II. os dados do contrato e do órgão contratante;
- III. o período respectivo de execução do contrato;
- IV. o valor a pagar;
- V. os dados bancários (banco, agência e conta corrente em nome da Contratada), e
- VI. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

§ 11 A nota fiscal deverá ser entregue na Superintendência de Orçamento, Finanças e Licitações, acompanhada do respectivo boletim de medição, se aplicável, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 12 As Notas Fiscais Eletrônicas deverão ser encaminhadas para os e-mails: contabilidade@samaecaxias.com.br, escalginsky@samaecaxias.com.br, npiccoli@samaecaxias.com.br e fmanara@samaecaxias.com.br.

§ 13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a Contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante.

§ 14 Apresentação dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, à exceção da primeira medição, com o objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, ficando, o pagamento, condicionado à comprovação da quitação das obrigações relativas ao Contrato:

- I. No primeiro mês da prestação dos serviços:
 - a) relação dos empregados vinculados ao contrato, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número do RG e do CPF, com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, em planilha formato .xlsx;
 - b) cópia da anotação do contrato na Carteira de Trabalho e Previdência Social dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela Contratada;
 - c) ficha de registro de empregado e contrato de trabalho;
 - d) cópia dos exames/atestados médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

e) cópia da solicitação/renúncia de vale-transporte.

II. Mensalmente, em arquivos agrupados, conforme os subitens:

- a) folha de pagamento mensal, acompanhada dos comprovantes de pagamento da remuneração referente ao mês do documento fiscal e/ou arquivos de retorno bancário que comprovem a quitação dos salários, do pessoal alocado para efetuar os serviços referentes ao objeto do contrato;
- b) relatório individual de efetividade da equipe designada para execução dos serviços (cartão-ponto ou folha-ponto);
- c) protocolo do envio de arquivos da Conectividade Social, relação dos tomadores constantes no arquivo SEFIP, resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP e relatório analítico da GRF, correspondente ao mês do documento fiscal;
- d) guia(s) de recolhimento do FGTS e comprovante(s) de pagamento de acordo com o relatório analítico da GRF correspondente ao mês do documento fiscal;
- e) guia(s) de recolhimento dos encargos sociais – GPS, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e comprovante(s) de pagamento de acordo com o resumo das informações à Previdência Social constantes no arquivo SEFIP, correspondente ao mês do documento fiscal ou outro documento que legalmente o substitua;
- f) comprovantes de pagamento de benefícios suplementares que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), individualizados por funcionário terceirizado e com identificação do período a que se referem, correspondente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços a que se refere o documento fiscal;
- g) certidões de regularidade, atualizadas e validadas até o prazo de pagamento estipulado no contrato:
 - 1. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
 - 2. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da Contratada.
 - 3. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da Contratada;
 - 4. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
 - 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- h) declaração informando o quantitativo atualizado dos seus empregados vinculados ao contrato com os respectivos nomes.

III. Quando ocorrer o evento, em arquivos agrupados, conforme os subitens:

- a) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- b) contracheques e/ou folha de pagamento com os respectivos comprovantes de pagamento do 13º salário;
- c) aviso, recibo e comprovante de pagamento de férias, na forma da Lei;
- d) documentação admissional de funcionários que passem a prestar serviços para este

contrato;

e) documentação demissional:

1. cópia do termo de rescisão, devidamente homologado, quando exigível pelo sindicato da categoria;
2. cópia do comprovante de pagamento das verbas rescisórias;
3. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
4. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
5. cópia do aviso prévio ou pedido de dispensa;
6. cópia do registro de empregado atualizado;
7. cópia da anotação do desligamento na CTPS;
8. cópia do exame demissional;
9. outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

§ 15 Os documentos exigidos no subitem anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 16 A qualquer tempo o SAMAE poderá solicitar outros documentos, além dos já mencionados.

§ 17 A documentação deverá ser salva em formato PDF e encaminhada preferencialmente por e-mail, em pen-drive ou disponibilizada em nuvem.

§ 18 O pagamento será efetuado, após a liberação da fiscalização do contrato, no 10º (décimo) dia útil. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 19 A ordem cronológica de exigibilidade, de acordo com o estabelecido no Decreto Municipal n.º 23.342, de 29 de outubro de 2024, terá como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a liquidação da despesa.

§ 20 No caso de atraso do pagamento pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 21 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada. Não serão realizados pagamentos através de boletos bancários.

§ 22 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

§ 23 Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

§ 24 Poderão ser adotadas as medidas estabelecidas no § 3º do art. 121, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas, nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EQUIPE E DA IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

§ 1º Identificação do responsável da Contratada para contato e pela solução dos problemas que porventura venham a ocorrer:

Nome:

Telefone:

E-mail:

.....

§ 2º A Contratada deverá observar o § 6º, do art. 67, da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços.

§ 3º Em atendimento ao subitem 4.6, do Termo de Referência – Anexo I do Edital da Licitação, a Contratada apresentou a seguinte documentação, em comprovação:

.....

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

A execução do objeto deverá ser realizada, exclusivamente, pela Contratada, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAE, conforme nominata apresentada no Termo de Designação de Fiscalização e Gestão Contratual. Os indicados serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção.

§ 2º A Fiscalização e a Gestão do contrato serão exercidas no interesse do serviço e devem atender às disposições do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

§ 3º A fiscalização exercida não exclui, nem reduz, a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 4º A Fiscalização do SAMAEC, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender aos termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à Contratada qualquer indenização pelos custos decorrentes.

§ 5º Quaisquer exigências da Fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem qualquer ônus para o SAMAEC.

§ 6º As impugnações efetuadas pela Fiscalização deverão ser corrigidas, refeitas ou substituídas, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da Contratada.

§ 7º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução do objeto, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

§ 8º A Contratada deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado.

§ 9º São de competência e de responsabilidade da Fiscalização e da Gestão contratual, sem prejuízo do estabelecido no Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações:

- I. fazer visitas necessárias de inspeção, verificando se a execução está de acordo com os projetos, especificações e cronogramas;
- II. priorizar, retardar ou interromper a execução dos serviços, ou de algum serviço especial, de modo a atender aos interesses do SAMAEC;
- III. atender aos chamados da Contratada para esclarecimentos;
- IV. acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas dos serviços mensais;
- V. promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- VI. convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

§ 1º O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

§ 2º Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, devidamente

formalizados pela Contratante, o cronograma de execução será prorrogado pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostilamento.

§ 3º As comunicações entre Contratante e Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica.

§ 4º A Contratante poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

§ 5º Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Contratante deverá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

§ 6º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, e, nos seus afastamentos e impedimentos legais, pelo substituto, e pelo gestor, nos termos do Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021, e alterações.

§ 7º Competirá à Contratante:

- I. receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório – TRP. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações da Contratante, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo – TRD;
- II. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- III. acompanhar, receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado, através de servidor(es) especialmente designado(s);
- IV. efetuar o pagamento no valor correspondente à contratação, no prazo e forma estabelecidos neste Contrato;
- V. o SAMAE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- VI. é vedada a intervenção indevida da Administração na gestão interna da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada cumprirá todas as obrigações constantes neste Instrumento e no Edital da Licitação, seus anexos, bem como em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda, no que couber:

- I. cumprir todas as obrigações constantes neste Instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do

- objeto;
- II. considerar os preços propostos completos e suficientes para a aquisição do objeto desta contratação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de sua parte;
 - III. arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, garantia descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes da aquisição, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta contratação; entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Termo de Referência – Anexo I do Edital;
 - IV. responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
 - V. atender prontamente a quaisquer exigências do SAMAE, inerentes ao objeto da presente contratação;
 - VI. informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados;
 - VII. manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
 - VIII. responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da execução devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio;
 - IX. comunicar à fiscalização do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
 - X. chamar, com antecedência prévia, a fiscalização da Contratante, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários;
 - XI. refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, no prazo estabelecido, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes;
 - XII. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
 - XIII. indenizar terceiros e ao SAMAE os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a contratação;
 - XIV. informar ao SAMAE, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados;
 - XV. manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos;
 - XVI. observar as normas regulamentadoras da medicina e segurança do trabalho, visando a prevenção de acidentes decorrentes da execução dos serviços;
 - XVII. atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção

- individual – EPIs, cavaletes, cones, placas de sinalização, etc.), bem como as recomendações e exigências das normas regulamentadoras de segurança na prestação de serviços, além dos procedimentos internos e normas de segurança do SAMAE;
- XXVIII. fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados nas frentes de trabalho;
- XIX. responsabilizar-se pela guarda, operação e manutenção de todos os veículos, equipamentos, ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à execução dos serviços;
- XX. proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual;
- XXI. fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e manutenção de tais equipamentos;
- XXII. fornecer e instalar todos os materiais e equipamentos previstos;
- XXIII. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a Contratada, relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência nesse sentido;
- XXIV. manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura aos seus funcionários;
- XXV. solucionar qualquer problema verificado com os serviços, durante o período de garantia, sem qualquer custo para o SAMAE;
- XXVI. observar a legislação trabalhista e previdenciária quanto ao pessoal empregado nos serviços de que trata este Instrumento, sem qualquer ônus para o SAMAE;
- XXVII. realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando aplicável;
- XXVIII. responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do SAMAE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública;
- XXIX. selecionar, preparar rigorosamente e manter equipe de funcionários treinados e capacitados para o desempenho das atividades, zelando para que a equipe seja formada por pessoas capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- XXX. indenizar danos ou prejuízos eventualmente causados por seus funcionários a terceiros e às instalações, mobiliários, máquinas e todos os demais pertences do SAMAE, incluídas as hipóteses de perda ou extravio;
- XXXI. manter sigilo sobre todas as informações sob sua responsabilidade. A divulgação ou uso de informações internas do SAMAE deve, obrigatoriamente, ter autorização da autoridade competente;
- XXXII. cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

- XXXIII. comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o inciso anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- XXXIV. não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade Contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- XXXV. substituir, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis do recebimento da notificação, sempre que exigido pela Fiscalização do Contrato, e independente de qualquer justificativa por parte desta, qualquer funcionário, cuja atuação, permanência e/ou comportamento, sejam julgados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- XXXVI. em caso de greve da categoria, manter o atendimento mínimo, de acordo com o que determina a Lei Federal n.º 7.783, de 28 de junho de 1989;
- XXXVII. entregar à Fiscalização do Contrato a documentação indicada no subitem 4.6 do Termo de Referência – Anexo I do Edital;
- XXXVIII. observar as Leis, Decretos, regulamentos e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto;
- XXXIX. responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado por acidentes na realização dos serviços, especialmente onde for comprovada negligência, imperícia e não observância das Normas de Segurança pertinentes;
- XL. responder perante o SAMAE e a terceiros pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou contratados, bem como todos os ônus, encargos, perdas e danos, porventura resultantes da execução dos serviços;
- XLI. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação e normas vigentes;
- XLII. implantar, imediatamente após a publicação deste Instrumento, os respectivos postos de trabalho de acordo com os dias e horários fixados;
- XLIII. comprovar e manter em vigor a formação técnica específica de todos os vigilantes, mediante apresentação da Carteira Nacional de Vigilante, expedida por instituição devidamente habilitada e reconhecida, bem como quanto à periodicidade dos cursos de reciclagem, entregando cópia dos documentos respectivos à Contratante;
- XLIV. disponibilizar vigilantes em quantidade necessária para garantir a operação dos postos nos regimes contratados;
- XLV. efetuar a reposição de vigilantes, nos postos, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho, de acordo com a legislação em vigor;
- XLVI. comunicar à fiscalização do Contrato, toda vez que ocorrer afastamento ou qualquer irregularidade, substituição ou inclusão, de qualquer membro da equipe, que esteja prestando serviços;
- XLVII. assegurar que todo vigilante que cometer falta disciplinar não será mantido no posto ou quaisquer outras instalações da Contratante;
- XLVIII. efetuar avaliações, em conjunto com a Contratante, quanto à necessidade de substituição de vigilantes e Supervisor/Preposto, promovendo, de imediato, a substituição, quando considerados não qualificados ou entendidos como inadequados,

- prejudiciais ou insatisfatórios para a prestação dos serviços;
- XLIX. assumir todas as responsabilidades, tomando medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
- L. manter constante controle de frequência/pontualidade dos seus vigilantes sob contrato;
- LI. manter em vigor e providenciar todas as licenças que sejam necessárias à execução dos serviços, entregando cópia à Contratante, ficando a seu encargo as respectivas despesas;
- LII. fornecer as armas, munições e respectivos acessórios aos vigilantes, no momento da implantação dos postos e mantê-los com os mesmos, durante todo o horário de execução dos serviços no respectivo posto;
- LIII. manter atualizada e apresentar à Contratante, sempre que exigida, a relação de armas que serão utilizadas no cumprimento do Contrato e cópias xerográficas dos respectivos “Certificado de Registro de Arma de Fogo” e “Porte de Arma”, de acordo com a Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 e alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019 e alterações, que dispõe sobre a aquisição, o cadastro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM;
- LIV. manter a munição utilizada, sempre, dentro da legalidade e da sua validade;
- LV. providenciar a manutenção periódica e constante do armamento, tais como: limpeza, lubrificação e avaliação de suas condições de uso para que estejam em condições de produzir os efeitos esperados;
- LVI. garantir que as armas sejam utilizadas somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Contratante, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;
- LVII. responsabiliza-se pela entrega e recolhimento das armas e munições, no início e final de cada turno de trabalho, no posto onde a prestação de serviços não contempla 24 (vinte e quatro) horas, ficando por conta da Contratada os custos decorrentes do transporte respectivo (taxas, licenças, transporte, etc.). Caso a Contratada opte por deixar as armas, munições, coletes balísticos no posto de trabalho, estes equipamentos poderão ser guardados em local seguro, no próprio posto de serviço, não podendo o tomador do serviço ter acesso ao material, cuja responsabilidade pela guarda cabe exclusivamente à empresa especializada. As armas de fogo, munições e equipamentos de uso controlado guardados no posto de serviço, deverão ser acondicionados em cofre, caixa metálica ou outro recipiente análogo suficiente para a proteção e guarda de todo o equipamento e armamento, além de resistente e que seja chumbado ou concretado de modo que não possa ser deslocado ou transportado com facilidade, desde que possuam cadeados ou fechaduras de chave ou senha, as quais ficarão em poder da Contratada;
- LVIII. relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade observada nos postos;
- LIX. manter preposto aceito pela Contratante, para representá-la na execução do contrato; a indicação ou a manutenção do preposto poderá ser recusada, mediante justificativa, devendo a Contratada designar outro para o exercício da atividade; o preposto, em conjunto com a Contratante, fará o acompanhamento técnico constante das atividades, fiscalizando e orientando os vigilantes, visando à qualidade da prestação dos serviços;

- o preposto indicado deverá possuir Carteira Nacional de Habilitação, ter disponível veículo em tempo integral, telefone celular e e-mail para possíveis contatos da Contratada, sempre que for necessário;
- LX. executar os serviços de acordo com as normas internas, os regulamentos e normas disciplinares de segurança e medicina do trabalho, adotados pelo SAMAE e de acordo com a legislação em vigor;
 - LXI. exigir, de seus funcionários, a obediência às normas da Contratante, principalmente, as concernentes à disciplina, segurança, medicina e higiene ocupacional;
 - LXII. manter, durante toda a execução do contrato, a regularidade junto ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, em relação às normas de saúde e segurança do trabalho, mantendo, em seu quadro, inclusive, médico ou engenheiro de segurança, que se responsabilizará pela orientação quanto à prevenção de acidentes de trabalho e dimensionamento dos EPIs, podendo a Autarquia exigir, a qualquer tempo, a comprovação do cumprimento dessas obrigações;
 - LXIII. obedecer toda a normatização referente à segurança do trabalho, inclusive às diretrizes estabelecidas por sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
 - LXIV. elaborar e implementar Programa Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
 - LXV. apresentar, em até 03 (três) meses da publicação do Contrato, avaliação das exposições ocupacionais a agente físicos, químicos e biológicos quando identificados no Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, onde conste de maneira quantitativa e qualitativa os riscos ocupacionais para cada posto de trabalho;
 - LXVI. providenciar, em caso de greve no sistema de transporte coletivo da cidade, o transporte dos seus funcionários ao serviço, bem como, o retorno às suas residências, caso necessário;
 - LXVII. prestar os serviços, mesmo quando em estado de greve da categoria, mantendo, nesse caso, esquema de emergência, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades administrativas e o cumprimento do objeto do contrato;
 - LXVIII. possuir sistema com rádios para facilitar a comunicação entre vigilantes, nos postos de trabalho que exigir mais de 01 (um) vigilante;
 - LXIX. otimizar a gestão de seus recursos, quer humanos ou materiais, com vistas à qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante, de forma a garantir os melhores resultados;
 - LXX. fornecer relatório discriminado, contendo todos os registros com cópia do livro de ocorrência, inspeções e relatos de outras ocorrências no período, sempre que solicitado pela Contratante,
 - LXXI. ressarcir a Contratante pelo uso, para fins pessoais, do telefone da Contratante;
 - LXXII. responder pelos prejuízos decorrentes da ocorrência de furtos ou prejuízos ao erário público, ocasionados nos locais de prestação de serviços, que tenham como causa a negligência, imprudência ou imperícia de seus agentes;
 - LXXIII. manter a disciplina entre seus funcionários, sendo-lhes vedado se afastarem de seus postos ou desviarem sua atenção com conversas ou atividades estranhas as suas funções.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS SANÇÕES

§ 1º Incorre em infração administrativa a Contratada que, com dolo ou culpa, cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos neste instrumento, em contrato ou na legislação atinente à matéria, ficando sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, às sanções a seguir estabelecidas, aplicáveis após regular Processo Administrativo de Penalização de fornecedor, em conformidade com o Decreto Municipal n.º 21.763, de 13 de outubro de 2021 e alterações.

§ 2º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 3º MULTA, por descumprimento de prazos e condições ajustados, conforme classificação da gravidade da inconformidade:

- I. LEVE, na razão de 0,05% (cinco centésimos por cento) ao dia, sobre o valor global do item/grupo, até 30 (trinta) dias de atraso, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
 - a) pela não entrega de qualquer documentação solicitada/exigida, nos prazos previstos, e
 - b) pelo retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- II. LEVE, quando do descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada, na razão de 1% (um por cento), sobre o valor global do item/grupo, dentre elas:
 - a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta, quando exigível;
 - c) pedir para ser desclassificado, quando encerrada a fase competitiva;
 - d) deixar de apresentar amostra, quando exigível;
 - e) apresentar amostra ou proposta em desacordo com as especificações do Edital.
- III. MODERADA, de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela inadimplida, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, nas seguintes situações:
 - a) pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, quando não houver a pronta adequação no prazo fixado, e
 - b) pela não manutenção da proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado.
- IV. GRAVE:
 - a) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo, pela não celebração do contrato ou não entrega da documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - b) de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento), pelo atraso injustificado na entrega, em prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, podendo, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato;
 - c) de 15% (quinze por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial

do objeto, salvo quando causar grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada a penalidade correspondente, e

- d) de 15% (quinze por cento), sobre o valor global do item/grupo quando da subcontratação não permitida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

V. GRAVÍSSIMA:

- a) de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução total do objeto, e
b) de 30% (trinta por cento) da parcela inadimplida, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato, pela inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

§ 4º Além das multas previstas acima, a Contratada, quando aplicável, estará sujeita às seguintes, pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado, conforme a graduação estabelecida abaixo e aplicável sobre o valor mensal da contratação:

INFRAÇÃO	INCONFORMIDADE	Percentual
Permitir a presença de empregado não uniformizado, aplicável por empregado e por ocorrência	Leve	0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)
Permitir que os empregados desempenhem suas funções sem o uso adequado dos epis, aplicável por empregado		
Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, aplicável por empregado		
Deixar de cumprir o horário estabelecido no contrato, aplicável por empregado e por ocorrência		
Executar as atividades em desacordo com os procedimentos operacionais padrão, aplicável por ocorrência		
Deixar de assistir/supervisionar seus empregados, nas dependências do SAMAE, na periodicidade contratualmente determinada, aplicável por ocorrência		
Deixar de entregar os relatórios de ronda eletrônica na frequência estabelecida ou sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, aplicável por ocorrência		
Deixar de efetuar a reposição de empregados faltosos, em até uma hora após o início do respectivo expediente, aplicável por empregado e por hora		
Deixar de cobrir abandonos de posto de trabalho, aplicável por empregado e por hora		
Deixar de entregar o uniforme, equipamento ou epis aos empregados nos termos exigidos no Termo de Referência – Anexo I do edital e/ou normas pertinentes, aplicável por empregado e por dia	Moderada	0,50% (cinquenta centésimos por cento)
Deixar de entregar a documentação solicitada pelo SAMAE, resultante de ações judiciais, no prazo estipulado, aplicável por ocorrência e por dia de atraso		
Deixar de substituir, após o prazo máximo de 2 dias úteis do recebimento da notificação, empregado, cuja atuação, permanência ou comportamento, sejam considerados inadequados, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, aplicável por empregado e por dia		

Destruir ou danificar documentos e equipamentos do SAMAE que tenha acesso, por culpa, sem a devida reparação/restituição dos valores, aplicável por ocorrência		
Utilizar as dependências do SAMAE para fins diversos do objeto do contrato, aplicável por ocorrência	Grave	0,90% (noventa centésimos por cento)
Deixar de entregar a relação de empregados na forma prevista neste Contrato e no Termo de Referência – Anexo I do Edital, aplicável por ocorrência e por mês		
Deixar de entregar a relação de epis e o comprovante de entrega dos mesmos, sempre que solicitado pela Fiscalização, aplicável por ocorrência e por mês		
Deixar de pagar o salário nos prazos legais, aplicável por ocorrência e por dia de atraso		
Executar as atividades em desacordo com a técnica adequada e com os procedimentos operacionais padrão, aplicável por ocorrência	Gravíssima	2% (dois por cento)
Destruir ou danificar documentos e equipamentos do SAMAE que tenha acesso, por culpa, negligência ou imprudência, sem a devida reparação/restituição dos valores, aplicável por ocorrência		
Deixar de fornecer vale-transporte, auxílio-refeição/alimentação e /ou pagamentos dos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, nos prazos previstos em convenção ou legislação aplicável, aplicável por ocorrência e por mês		

§ 5º Quando da reincidência em irregularidades, será dobrada a multa correspondente à infração cometida, conforme § 4º, até o limite de 30% (trinta por cento).

§ 6º IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, pelo prazo de até 3 (três) anos e cancelamento, quando houver, do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, bem como demais cominações legais, quando:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II. der causa à inexecução total do objeto;
- III. deixar de entregar a documentação exigida;
- IV. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou
- VI. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

§ 7º DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, que impedirá a empresa de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Contratante, quando houver, bem como demais cominações legais, quando:

- I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento ou a execução do contrato;
- II. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial:
 - a) agir em conluio ou em desconformidade com a Lei;
 - b) induzir, deliberadamente, a erro no julgamento;
 - c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- V. praticar ato lesivo previsto no art. 5.º da Lei Federal n.º 12.846, de 1.º de agosto de 2013.

§ 8º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 9º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual ou será cobrada judicialmente.

§ 10 A aplicação das sanções aqui previstas em hipótese alguma anula a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§ 11 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

§ 12 A aplicação de multa não impede que o SAMAE rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 13 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

§ 14 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei Federal n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

§ 15 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

§ 16 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e regulamentações, se for o caso.

§ 17 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à Contratada.

§ 18 As multas e o seu pagamento não eximirão a Contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 19 As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMAE, no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul – RS, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

§ 1º A Contratada, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de [caução em dinheiro/ títulos da dívida pública/seguro-garantia/fiança bancária], correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as condições estabelecidas no arts. 96 a 102 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º As exigências referentes à garantia de execução contratual são:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à Autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo SAMAE à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;
- V. verbas rescisórias inadimplidas, no caso das contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- VI. danos causados a terceiros e/ou condenações decorrentes de responsabilidade civil da Contratada, bem como cobertura de prazo suplementar para obrigações trabalhistas e previdenciárias correspondentes ao período do contrato;
- VII. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual;

§ 3º A modalidade seguro-garantia deverá contemplar todos os eventos indicados no parágrafo anterior.

§ 4º A garantia responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

§ 5º A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

§ 6º A garantia prestada em dinheiro pela Contratada será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a fiel execução do contrato, com anuência expressa dos responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, indicando a inexistência de óbice à liberação, se não utilizada nas formas previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e sofrerá atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

§ 7º Reverterá a garantia a favor do SAMA E, no caso de rescisão do contrato por culpa exclusiva da Contratada, sem prejuízo da indenização por perdas e danos porventura cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O contrato vigorará por um período de 12 (doze) meses, contados da publicação do instrumento contratual, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

§ 1º Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e, quando for o caso, do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, por solicitação da Contratada, com data vinculada:

- I. à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, e
- II. ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

§ 2º A primeira repactuação ocorrerá após o interregno mínimo de 1 (um) ano contado:

- I. da data da apresentação da proposta, em relação aos custos decorrentes do mercado, e
- II. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

§ 3º Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros da última repactuação.

§ 4º A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou

dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

§ 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

§ 6º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do parágrafo primeiro poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

§ 7º A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

§ 8º O reajuste e a repactuação dar-se-ão, preferencialmente, por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

Constituirão motivos para extinção do contrato, independente de procedimento judicial, as situações previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, acrescidos:

- I. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da Contratada no cumprimento satisfatório do contrato;
- II. quaisquer das situações previstas na Cláusula de Sanções deste Contrato, e
- III. quando ocorrerem razões de interesse público devidamente justificado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

§ 1º O contrato poderá ser extinto nas hipóteses e formas previstas no Capítulo VIII da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

§ 3º Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

§ 4º O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

- II. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, e
- III. indenizações e multas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

A Contratada fica obrigada a:

- I. cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- II. cumprir com o estabelecido pela Contratante para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- III. guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- IV. não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- V. notificar a Contratante em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- VI. fornecer informações úteis à Contratante sobre a natureza e âmbito dos dados pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas, e
- VII. implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

No caso de incidência de uma das situações previstas neste contrato, a Contratante, notificará a Contratada, para, no prazo legal, contados do recebimento, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

A Contratada, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Contratante, conforme prevê a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à Contratada:

- I. caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- II. interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei;
- III. a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, sem autorização prévia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contida na Lei

Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

§ 1º Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 2º A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso, de reforma de edifício, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

§ 3º Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstos na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, firmam o presente contrato, acompanhado das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.

Caxias do Sul, Clique ou toque aqui para inserir uma data..

Representante legal,
Empresa Contratada.

João Jocemar Uez Pezzi,
Diretor-Presidente do SAMA E.

Testemunhas:

1.

2.